

NOVOS Rumos

Revista oficial da Associação dos Magistrados do Paraná e Judicemed

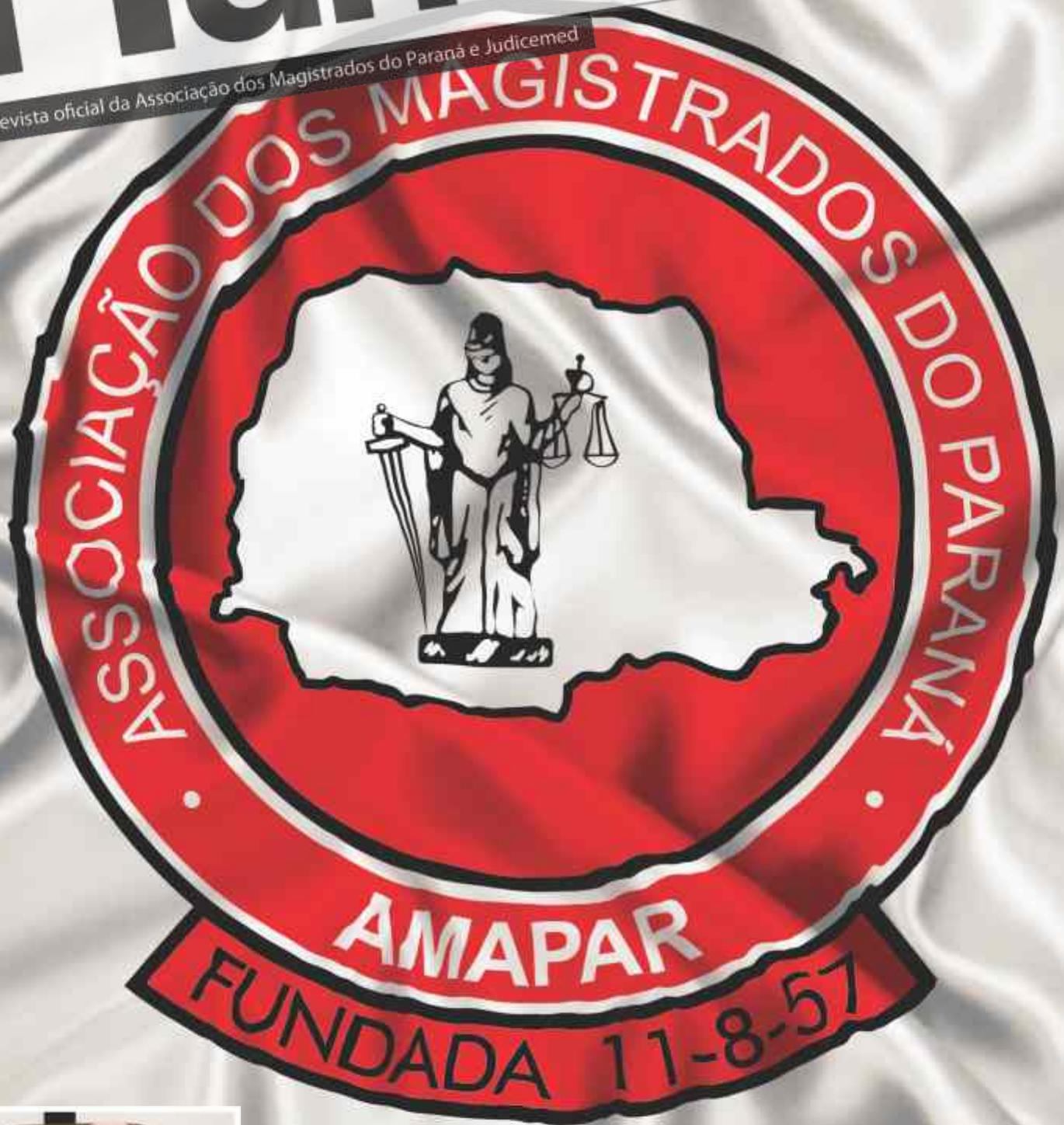


Impresso Especial

991227716-3/11 DR/PR
AMAPAR

CORREIOS

RECEBIMENTO AUTORIZADO
NÃO SER ABERTO PELA ECT



Presidente **Paulo Vasconcelos** considera fundamental a participação dos juízes na administração do TJ-PR

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Rômulo Cardoso

EDIÇÃO GRÁFICA

Bruna Zonatto

FALE CONOSCO Críticas, comentários e sugestões podem ser enviados para o e-mail imprensa@amapar.com.br ou pelo telefone (41) 3017-1622.

AMAPAR

Presidente Frederico Mendes Junior

1.º Vice-Presidente Nilce Regina Lima

2.º Vice-Presidente Laryssa Angélica Copack Muniz

3.º Vice-Presidente Aurênio José Arantes de Moura

4.º Vice-Presidente Luiz Taro Oyama

5.º Vice-Presidente João Maria de Jesus Campos Araújo

6.º Vice-Presidente Geraldo Dutra de Andrade Neto

1.º Secretário¹ Márcio José Tokars

2.º Secretário¹ Roberto Antonio Massaro

1.º Tesoureiro¹ César Ghizoni

2.º Tesoureiro¹ Michela Vechi Saviato

Diretores Executivos

Eduardo Casagrande Sarrão

Diego Santos Teixeira

Nicola Frascati Junior

Fábio André Santos Muniz

Fernando Bueno da Graça

Noeli Salette Tavares Reback

Antonio Lopes de Noronha Filho

Luiz Fernando Tomasi Keppen

Conselho Fiscal - Presidente Jederson Suzin

Conselho Fiscal – Membros

Jeane Carla Furlan

Giovanna Rechia de Sá

Marcel Ferreira dos Santos

Marcos Antônio de Souza Lima

Ricardo Henrique Ferreira Jentszsch

Ricardo Luiz Gorla

Walter Ligeiri Junior

Conselho Fiscal – Suplentes

Beatriz Fruet de Moraes

Branca Bernardi

Fabrizio Voltaré

Juliano Albino Mânica

Marcelo Quentin

JUDICEMED

Presidente Frederico Mendes Junior

Vice-Presidente Luciano Carrasco Falavinha Souza

Diretor Financeiro Luís Carlos Xavier

Diretor Administrativo Nicola Frascati Junior

Conselho Fiscal - Presidente Stewalt Camargo Filho

Conselho Fiscal – Membros

Rui Antonio Cruz

José Candido Sobrinho

Conselho Fiscal – Suplente

Michela Vechi Saviato

Conselho Gestor

Antonio Renato Strapasson

Hayton Lee Swain Filho

Shiroshi Yendo

Antonio Loyola Vieira

EMAP

Diretor Geral Francisco Cardozo Oliveira

Supervisor Pedagógico Clayton Maranhão

Coord. Geral de Cursos Rodrigo Fernandes Lima Dalledone

Curitiba - Diretor Daniel Ribeiro Surdi de Avelar

Curitiba - Vice-Diretor Eduardo Novacki

Cascavel - Diretor Leonardo Ribas Tavares

Cascavel - Vice-Diretor Filomar Helena Perosa Carezia

Foz do Iguaçu - Diretor Wendel Fernando Brunieri

Foz do Iguaçu - Vice-Diretor Marcos Antonio de Souza Lima

Londrina - Diretor Rodrigo Afonso Bressan

Londrina - Vice-Diretor José Ricardo Alvarez Vianna

Maringá - Diretor Fabio Bergamin Capela

Maringá - Vice-Diretor Marcel Ferreira dos Santos

Ponta Grossa - Diretor Hélio César Engelhardt

Ponta Grossa - Vice-Diretor Gilberto Romero Perioto

Apoio e Valorização ao Magistrado Sigurd Roberto Bengtsson **Segurança** Leonardo Bechara Stancioli **Boas Práticas** Joeci Machado Camargo **Assuntos Institucionais** Carlos Henrique Licheski Klein **Assuntos Legislativos** Glauco Alessandro de Oliveira, Antônio José Carvalho da Silva Filho **Assuntos Previdenciários** Marcos Antonio da Cunha Araujo **Aposentados** João Maria de Jesus Campos Araújo **Diretor Comunicação Social** Rogerio Ribas, Marcelo Pimentel Bertasso **Convênios** Francisco Carlos Jorge **Cultural - Diretor** Noeval de Quadros **Cultural - Membros** Ivanise Maria Tratz Martins, Flavia da Costa Viana, Fernanda Karam de Chueiri Sanches, Osvaldo Canela Junior **Divulgação e Revista** Joatan Marcos de Carvalho **Esportes** Davi Pinto de Almeida **Atletismo** Roger Vinicius Pires de Camargo Oliveira **Atletismo** Shaline Zeida Ohi Yamaguchi **Futebol** Davi Pinto de Almeida **Esporte Feminino** Fernanda Karam de Chueiri Sanches **Informática** Rui Portugal Bacellar Filho **Integração - Curitiba, RMC e Litoral** Bruna Cavalcanti de Albuquerque Zandomeneco **Integração - Interior** Marcelo Pimentel Bertasso **Jurídico** Antonio Mansano Neto **Direitos Humanos** Sérgio Luiz Kreuz **Memória e Arquivo** Chloris Elaine Justen de Oliveira **Mútua** Themis Almeida Furquim **Obras - Diretor** Fernando Ferreira de Moraes **Obras - Vice-Diretor** Luiz Carlos Bellinetti **Ouvidoria** Suzana Massako Hiram Loreto de Oliveira **Patrimônio** Marco Vinicius Schiebel **Pensionistas** Marília de Oliveira Viel **Planejamento Estratégico** Wellington Emanuel Coimbra de Moura **Sersocial - Diretor** Joel Pugsley **Sersocial - Membros** José Luiz Dosciatti, Gilberto Ferreira, Raul Luiz Gutmann, André Carias de Araújo **Social - Diretora** Beatriz Fruet de Moraes **Vice-Diretora** Ana Paula Kaled Accioly Rodrigues da Costa **Vice-Diretora** Andrea Fabiane Groth Busato **Tênis - Diretor** Wilson José de Freitas Junior **Tênis - Diretor** André Carias de Araujo **SEDES Colombo - Diretor** José Luiz Dosciatti **Foz do Iguaçu - Diretor** Rodrigo Luis Giacomini **Foz do Iguaçu - Vice-Diretor** Wendel Fernando Brunieri **Guarutuba - Diretor** João Maria de Jesus Campos Araújo **Guarutuba - Vice-Diretor** Marcos Antonio da Cunha Araújo **Maringá - Diretor** Antonio Mansano Neto **Maringá - Vice-Diretor** José Camacho Santos **Pilarzinho - Diretor** Leomir Binhara de Mello **Pilarzinho - Vice-Diretor** Romero Tadeu Machado **Piraquara - Diretor** Nelson França Pereira **Piraquara - Vice-Diretor** Davi Pinto de Almeida **Ponta Grossa - Diretor** Noeli Salette Tavares Reback **Ponta Grossa - Vice-Diretor** Heloisa da Silva Krol **Comissão Prerrogativas - Presidente** Carlos Eduardo Mattioli Kockanny **Membros da Comissão** Carlos Henrique Licheski Klein, Alexandre Gomes Gonçalves, Osvaldo Soares Neto, Ariel Nicolai Cesa Dias.



Prezados colegas,

A AMAPAR, em 2014, completou seus 57 anos. Foi um ano de comemorações, alegrias e muitas conquistas – festejadas com a inauguração da nova sede. Mas não foi só isso, a entidade reafirmou compromissos assumidos ao longo de sua história e, com rapidez, força e eficácia, apoiou e defendeu a magistratura paranaense contra qualquer ameaça de agressão.

Do ponto de vista remuneratório, a magistratura, de fevereiro de 2014 a fevereiro 2015, obteve conquistas inéditas e necessária reposição salarial. Isso em razão de trabalho árduo, inclusive em ambientes que, tradicionalmente, ocupávamos pouco, como os corredores do parlamento e dos palácios de governo.

O debate franco entre magistrados, a preocupação com a prestação da jurisdição, e a presença constante nos ambientes políticos, fizeram com que a AMAPAR ultrapassasse o conceito de entidade meramente corporativa. Estabeleceu-se, no plano externo, uma interlocução ativa com a sociedade, sendo a entidade ouvida quanto aos temas mais relevantes para a população, por instituições e pela imprensa.

Administrativamente, foram cortados gastos desnecessários e corrigido o passivo, trazendo a entidade para uma situação de solvência e equilíbrio. O dinheiro economizado serviu para obras necessárias e urgentes, bem como para atividades culturais e recreativas – como o jantar de confraternização, realizado exclusivamente com recursos próprios, seguindo o preconizado pelo CNJ e deixando a magistratura livre de qualquer crítica em razão de patrocínios para este tipo de evento (o que é uma adequação inevitável na atual conjuntura).

A informação e a transparência foram preocupações constantes no último ano. Primeiro se aprendeu a gerenciar informações, colocando no site apenas o que fosse indispensável e capaz de produzir uma imagem positiva. As informações de interesse interno, corporativo, foram tratadas de forma restrita, por boletins individuais, periódicos, de acesso limitado aos associados. Fizemos questão que o associado soubesse, exatamente, como estava sendo aplicada as contribuições associativas, as mensalidades do plano de saúde e os recursos da EMAP.

Ainda há muito que ser feito. Temos um grande desafio, por exemplo, que é diminuir as distorções financeiras que separam aposentados e pensionistas de magistrados ativos, fazendo com que a vitaliciedade não seja apenas letra morta. Para tanto estabelecemos uma pauta prioritária. Criamos um grupo de trabalho e análise de cada ponto de interesse. Debates com os próprios atingidos, em reuniões temáticas. Adotamos algumas medidas administrativas e judiciais.

Estamos participando – e esperamos conseguir até o final deste ano, meados do próximo - ativamente, do processo político para construção das eleições diretas no Judiciário e do ATS. Com o ATS não se pretende apenas melhorar a remuneração da magistratura, mais que isso, se quer reestruturar a carreira da magistratura, fazer Justiça aos mais antigos e, ao mesmo tempo, manter a carreira atrativa aos melhores quadros.

Na JUDICEMED, continuamos com as campanhas de prevenção e vacinação. Contratamos, recentemente, uma médica para atendimento diário aos associados e familiares, independente de agendamento. É a médica da nossa família.

Na EMAP, temos o desafio de conciliar a tradição com as exigências de um mercado cada vez mais competitivo. Além da excelência no ensino a nossa escola tem que ter viabilidade econômica, se manter com os próprios recursos e, se possível, produzir recursos excedentes para construção de patrimônio. Avançamos em direção ao ensino por internet, cursos de curta duração, cursos de matérias específicas e resolução de provas de concursos, além do tradicional curso de um ano e formação e preparação para a magistratura.

O que precisamos é aquilo que tivemos durante todo o último ano: a amizade, a compreensão e o apoio de toda a magistratura paranaense – com a qual tenho uma dívida de gratidão. Há um mundo melhor para nós vivermos, e a magistratura do Paraná tem dado provas que com ética, honestidade, seriedade e trabalho é possível ajudar a construí-lo.

Um forte abraço,
Frederico Mendes Júnior

Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná

juizfredericomendesjunior@gmail.com



“A participação dos juízes é fundamental na administração do tribunal”

Presidente do TJ-PR, desembargador Paulo Vasconcelos, fala com exclusividade para a AMAPAR e revela que primeira fase do centro judiciário inclui a construção do fórum criminal na capital paranaense.

Ao falar pela primeira vez à revista **Novos Rumos**, na condição de presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, o desembargador Paulo Roberto Vasconcelos foi conciso em alguns pontos e detalhista em outros. Como no primeiro anúncio que fez durante sua posse, de concentrar dedicação à reforma do Palácio da Justiça e início da construção do Centro Judiciário na capital paranaense.

Sobre o requerimento da AMAPAR ao TJ, formulado ainda na gestão passada, para que seja acrescido o salário dos assessores comissionados, Vasconcelos adiantou que um estudo está sendo feito referente ao pedido. Também destacou que a participação dos juízes deve ser classificada como “fundamental” na administração do Tribunal. “Procuraremos sempre agir de forma democrática no sentido de ouvir e sempre que possível atender as reivindicações da classe”, afirmou.

Caro desembargador Paulo Vasconcelos, em seu discurso de posse como novo presidente do TJ-PR, o senhor comentou que conduzirá a gestão com transparência e responsabilidade, além de ter pedido a colaboração da magistratura para a consecução do trabalho. No que tange à participação do 1º grau, que trabalha com estrutura perceptivelmente menor que o 2º grau, quais as metas do senhor para que juízes também colaborem com a administração?

A participação dos juízes é fundamental na administração do tribunal, quer seja através de sugestões da AMAPAR, que representa a classe, quer seja através de juízes auxiliares, que fazem parte do assessoramento aos membros da cúpula, ou ainda, de juízes que poderão ser designados para determinadas comissões. Procuraremos sempre agir de forma democrática no sentido de ouvir e sempre que possível atender as reivindicações da classe.

O senhor também anunciou o início das obras do Centro Judiciário para o 1º grau. O que pode ser adiantando sobre o projeto? E os demais prédios? Como a reforma e ampliação do Palácio da Justiça, como será concentrada?

O Centro Judiciário é uma antiga demanda da sociedade paranaense. Neste, serão concentrados todos os serviços judiciários em 1º grau, que atualmente encontram-se espalhados em diversos imóveis por toda a capital, trazendo grandes deslocamentos para o público jurisdicionado e sobrecarregando o erário público com os necessários aluguéis de imóveis. Pretendemos dar início as obras em nossa gestão, mas por ser uma obra grande, aproximadamente 160.000 m², a execução final ocorrerá na próxima gestão.

A 1ª fase de obras inclui o Fórum Criminal, uma edificação de aproximadamente 15.000m², e a restauração do prédio histórico da Penitenciária, com aproximadamente 10.000m², o qual abrigará os Juizados Especiais da Capital. Está sendo encaminhada, também, a finalização e readequação dos projetos para a 2ª fase de obras, possibilitando o prosseguimento das obras em sua 2ª fase pelas futuras administrações do Tribunal de Justiça.

Nesta 2ª fase estarão sendo atendidas as demais serventias judiciárias de 1º grau da capital, tais como: Cíveis, Família, Infância e Juventude, Tribunal do Júri, entre outras. Os projetos para esta 2ª fase já estão em pleno e satisfatório desenvolvimento, com as alterações requeridas pela nova realidade do Judiciário no Paraná trazida pela digitalização de processos, com redução de área de serventias, bem como de pessoal. Outras obras, além do Centro Judiciário, já estão em andamento, já iniciadas pela administração anterior com previsão de entrega nesta gestão, e diversas serão iniciadas e entregues também por esta gestão.

Na capital do Estado - retrofit e restauração do Palácio da Justiça - este é um grande projeto, que trará de volta parte da administração do Tribunal de Justiça do Paraná à sua casa histórica, o Palácio da Justiça, reconcentrando no Palácio, finalmente, os desembargadores e o gabinete do presidente do

TJPR. As obras já foram iniciadas em janeiro deste ano, e tem previsão contratual de cumprimento com um cronograma de 15 meses, portanto, a ser entregue em meados de maio de 2016, mas já com o compromisso informal junto a nova presidência da construtora contratada, de reduzir este prazo.

O Centro Administrativo do Poder Judiciário: esta é uma antiga demanda dos servidores e usuários dos serviços do Judiciário. Atualmente, os serviços administrativos do Poder Judiciário encontram-se espalhados por diversas edificações, algumas poucas de propriedade do Estado, mas diversas alugadas. Tal situação, além de onerar os cofres públicos com aluguéis, traz problemas administrativos ao bom andamento dos serviços. Desta forma, estão já em confecção os projetos arquitetônicos e já foram iniciadas as consultas aos órgãos municipais de fiscalização para a construção de um Centro Administrativo do Poder Judiciário que concentrará todos os serviços auxiliares e departamentos.

Será um belíssimo conjunto arquitetônico à Rua Mauá, ao lado da atual Sede Mauá, composto por um edifício administrativo com 11 mil metros quadrados em oito pavimentos e um edifício garagem com mesma área em oito pavimentos, mais dois subsolos, totalizando aproximadamente 25.000m² no total do conjunto e aproximadamente 520 vagas de estacionamento.

A previsão de início das obras será para o segundo semestre deste ano, com entrega prevista de obras para o segundo semestre de 2016, em sua primeira fase. O prédio administrativo, permitindo que o Centro Administrativo já possa ser instalado, e primeiro semestre de 2017 para a segunda fase, o edifício garagem.

Um fato importante sobre este Centro Administrativo é que ele também atenderá uma importante demanda das Varas do Tribunal do Júri, as quais atualmente dispõem de apenas um Tribunal do Júri para atender uma demanda sempre crescente. De fato, estão sendo projetados neste Centro Administrativo, além de um grande auditório para uso múltiplo, também três Tribunais do Júri para atendimento às Varas do Tribunal do Júri, com todos os requisitos de serviços de apoio e de segurança necessários.

O Restaurante do Palácio da Justiça: novamente, estamos atentos a uma antiga demanda dos servidores e magistrados desta casa. De fato, os servidores do Judiciário e os magistrados, atualmente, não têm onde fazer um lanche ou uma refeição sem grandes deslocamentos e transtornos.

Para atender a esta demanda, está já finalizado o projeto arquitetônico para o Restaurante do Palácio da Justiça e já foram iniciadas as consultas aos órgãos municipais de fiscalização e os procedimentos jurídicos para a licitação dos projetos complementares.

O projeto prevê uma edificação de aproximadamente 470 metros quadrados na parte posterior da esplanada descoberta do Prédio Anexo, tendo previsão de início de obras ainda neste primeiro semestre de 2015, e previsão de entrega ao final do segundo semestre deste mesmo ano. O restaurante terá toda a estrutura de cozinhas e salão de refeições para atendimento a até 600 refeições por turno, além de toda a estrutura de

instalações sanitárias.

Com sua estrutura completa, o restaurante se tornará um importante apoio aos eventos do Poder Judiciário, já que hoje o conjunto Palácio da Justiça e prédio anexo (esplanada e térreo) não conta com estrutura de apoio de serviço de copa para grandes eventos, e não dispõe de instalações sanitárias na esplanada do Prédio Anexo, local de constantes solenidades.

No interior do Estado: no interior do estado diversas obras serão realizadas, diversas já iniciadas e diversas já em fase de licitação de obras.

Entre as obras a iniciar:

Fórum da comarca de Foz do Iguaçu: reforma e ampliação do Fórum atual, com área de reforma de 12.737m² e área de ampliação de 3.378m², com prazo de execução de 15 meses a partir da ordem de serviço.

Entre as já iniciadas podemos citar:

Fórum da comarca de Pato Branco: construção de Fórum Novo, com área de 7.497m² e previsão de entrega em julho de 2016. Fórum da Comarca de Cambé: construção de Fórum Novo, com área de 6.140m² e previsão de entrega em julho de 2016. Fórum da Comarca de São Miguel do Iguaçu: reforma do Fórum atual e ampliação de 990 metros quadrados, com previsão de entrega para agosto de 2015;

Entre as obras em fase de licitação (certame licitatório já iniciado) podemos citar:

Fórum da Comarca de Terra Roxa: construção de Fórum Novo, com área de 1.800m², com prazo de execução de 15 meses a partir da ordem de serviço;

Fórum da Comarca de Mallet: construção de Fórum Novo, com área de 1.882m², com prazo de execução de 16 meses a partir da ordem de serviço;

Fórum da Comarca de Francisco Beltrão: construção de Fórum Novo, com área de 8.998m², com prazo de execução de 20 meses a partir da ordem de serviço;

Fórum da Comarca de Guaraniáçu: construção de Fórum Novo, com área de 2.324 metros quadrados, com prazo de execução de 16 meses a partir da ordem de serviço;

Fórum da Comarca de São João: construção de Fórum Novo, com área de 2.324m², com prazo de execução de 16 meses a partir da ordem de serviço;

Fórum da Comarca de Cidade Gaúcha: construção de Fórum Novo, com área de 2.324m², com prazo de execução de 16 meses a partir da ordem de serviço;

Fórum da Comarca de Marechal Cândido Rondon: construção de Fórum Novo, com área de 3.312m², com prazo de execução de 16 meses a partir da ordem de serviço.

Medidas paliativas foram adotadas e o Fórum Criminal de Curitiba, que funciona precariamente no complexo do Bairro Santa Cândida, tem sido motivo de constantes reclamações de juízes, servidores e jurisdicionados. Qual solução o senhor espera dar aos profissionais atuantes na área criminal acerca do espaço?

A construção do novo Centro Judiciário. Quando estiver

terminado, as varas criminais serão instaladas nesse local.

Um dos últimos requerimentos apresentados pela AMAPAR à presidência do TJ, ainda sob o comando do desembargador Guilherme Gomes, pede acréscimo salarial para assessores comissionados, que trabalham ao lado dos juízes. Esta é uma demanda que foi trazida à AMAPAR por mais de 400 juízes. Com salário baixo, como destaca a AMAPAR, muitos magistrados encontram dificuldades para manter ou achar bons profissionais para o cargo. Considerando que esta questão também consta de seu projeto de governo, o senhor acredita que seja algo realizável ainda neste primeiro ano de gestão?

Está sendo feito um estudo sobre essa reivindicação.



"O Centro Judiciário é uma antiga demanda da sociedade paranaense"

O Tribunal de Justiça do Paraná viveu um relacionamento um tanto tortuoso com a imprensa. Qual será o posicionamento adotado pelo senhor – e pela instituição – junto aos jornalistas? E a assessoria de comunicação, como será estruturada?

Nessa gestão não ocorrerá essa situação. Já conversei com a assessoria de imprensa e estão todos orientados a atender de forma cordial e efetiva todos os órgãos de imprensa.

Outro anúncio feito pelo senhor, durante a posse, foi sobre a transformação do cargo de secretário para o de diretor-geral do TJ. As atribuições também mudam, além da nomenclatura? Falando na questão de cargos, o senhor fará muitas mudanças ao longo dos próximos dois anos? Quais serão as mais pontuais?

Todo o organograma do TJ será modificado em razão da necessidade de adequar as atividades do Tribunal aos respectivos setores. Tudo isso dentro de uma técnica de administração eficiente e moderna. A mudança do cargo de Secretário para Diretor-Geral foi no sentido de aumentar ainda mais a competência, adequando a denominação do cargo que tem gestão geral sobre todos os departamentos do Tribunal de Justiça do Paraná.

Veia administrativa

Presidente do TJ anuncia conclusão do Palácio da Justiça e início da construção do tão sonhado Centro Judiciário

O Palácio da Justiça terá espaço anexo destinado para restaurante de magistrados e servidores



Os aguardados discursos de posse dos presidentes do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), além de dedicarem agradecimentos e comentarem da importância do cargo, também têm trazido algumas surpresas, principalmente no que tange aos planos de gestão dos desembargadores que sentam na principal cadeira da cúpula. Com o desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, que assumiu a presidência do TJ-PR no dia 2 de fevereiro, não foi diferente. Além dos cumprimentos tradicionais, Vasconcelos afirmou, em seu discurso, que conduzirá com rigor uma gestão voltada ao planejamento de ações para tornar a corte paranaense uma das mais organizadas e eficientes na prestação jurisdicional. “Nosso compromisso será cumprido rigorosamente com muito trabalho, dedicação, transparência e responsabilidade”, afirmou.

Referente ao plano de gestão, a prioridade do presidente do TJ, como ele destacou no ato de posse, estará focada na conclusão do Palácio da Justiça, que poderá ser inaugurado no primeiro semestre do próximo ano. Também está planejada a construção de um prédio que comportará a área administrativa do TJ - ao lado da sede Mauá -, além de ampliar a esplanada do andar

térreo do prédio anexo ao Palácio da Justiça, do qual terá suporte para realização de eventos e um restaurante para magistrados e servidores.

Outro anúncio de Vasconcelos apontou para o início da construção do prédio do Centro Judiciário do Ahú (foto abaixo), sonho de magistrados, servidores e jurisdicionados. “Voltado somente para o 1º grau, acabando com contratos de locação de imóveis”, enfatizou.

Funções administrativas - Vasconcelos tem raízes na área da administração e sempre esteve inclinado, além da atividade jurisdicional, para cargos no Poder Judiciário com funções administrativas. Presidiu nos anos de 2006 e 2007 a Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR).

Na entidade representativa dos magistrados, Vasconcelos deu o pontapé para a construção da atual sede administrativa da entidade, ao adquirir o terreno nas proximidades do Palácio da Justiça, na Rua Alberto Folloni. As últimas atividades de Vasconcelos, antes de ser eleito como o novo presidente do TJ, foram na 1ª vice-presidência, função que exerceu durante o biênio 2013/2014.



Mais de 70 casos atendidos



A Comissão de Prerrogativas da AMAPAR fez a sexta reunião no dia 5 de março para definir as estratégias de trabalho para o ano de 2015. Foram tratados casos de magistrados que estão sendo acompanhados pela AMAPAR junto à advocacia conveniada, temas de interesse da magistratura no cenário político e demais benefícios previstos em lei assegurados à classe. O juiz Carlos Mattioli Kockanny atua como presidente da comissão de prerrogativas e acredita que o trabalho desempenhado está entre as várias inovações da atual diretoria da AMAPAR. “Diante da quantidade significativa de atendimentos e de várias demandas encaminhadas pela Comissão que foram bem sucedidas, certamente é possível afirmar que o trabalho é extremamente profícuo”, afirmou. Ariel Nicolai Dias, também membro da comissão, informa que foram atendidos desde o início das atividades mais de 70 casos individuais. “Sem contabilizar os diversos atendimentos informais realizados, o que demonstra a confiança depositada pelos juízes na AMAPAR”, pontuou. Além de Mattioli e Ariel, também atuam na comissão de prerrogativas da AMAPAR os juízes Carlos Henrique Licheski Klein, Alexandre Gomes Gonçalves e Oswaldo Soares Neto.

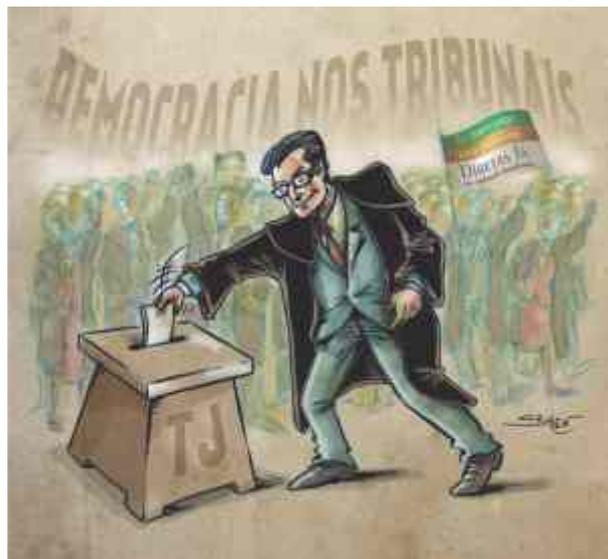
Revista Judiciária

Magistrados interessados em publicar artigos jurídicos na próxima edição da Revista Judiciária da AMAPAR podem encaminhar material, além de autorização para publicação, para o e-mail revistajudiciaria@amapar.com.br. O diretor da publicação é o desembargador Joatan Marcos de Carvalho.

Prazo de digitalização

Os desembargadores que atuam junto ao Órgão Especial do Tribunal de Justiça aprovaram no dia 9 de março, durante sessão administrativa, resolução que aumenta para um ano o prazo de digitalização dos processos físicos em acervo no 1º grau de jurisdição. Preocupada com o prazo apertado, a diretoria AMAPAR fez uma reunião com o corregedor-geral, desembargador Eugênio Grandinetti, para explicar as dificuldades em razão do prazo exíguo para digitalização, anteriormente estipulado em 180 dias. Na sessão do egrégio colegiado, ao justificar a necessidade de aumento do prazo, o desembargador Grandinetti comentou que nas comarcas de entrância intermediária e inicial existem grandes dificuldades até para encontrar equipamentos que realizem a digitalização, como scanners, além do número expressivo de processos. O corregedor-geral também salientou que recebeu o pedido de diversos juízes para extensão do prazo.

Eleições Diretas



Boas novas chegam de Brasília e apontam para mais um passo rumo à democratização dos tribunais. No dia 4 de março, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, criou comissão especial para analisar a Proposta de Emenda Constitucional nº 187/2012, que altera o inciso primeiro da constituição com a finalidade de permitir que juízes de primeiro grau também votem nas eleições que formam as cúpulas dos tribunais. Após, a proposta estará apta para votação plenária.



AMAPAR questiona taxação

Reunião realizada no dia 10 de março na sede da AMAPAR definiu as medidas a serem adotadas para questionar a lei nº 18370, aprovada no final de 2014, que determina cobrança previdenciária de inativos e pensionistas em 11%. A lei determina que sejam taxados os servidores que recebam mensalmente acima do teto do INSS, hoje fixado em pouco mais de R\$ 4.300.

Questionamento - Com a participação de uma equipe de advogados e magistrados aposentados, os representantes das entidades definiram pela propositura de ação judicial com o objetivo de questionar a legalidade e demais pressupostos que motivem tal taxação prevista na lei. Um dos argumentos sustentados pela magistratura e demais servidores públicos, está no fato de que aposentados e pensionistas, após terem realizado contribuição por toda a vida, agora, como é natural, passam por

momento mais delicado, inclusive com mais gastos mensais, também em conta de problemas de saúde e outras consequências da idade.

Presenças - Além de membros da diretoria da AMAPAR, participaram da reunião representantes da Associação Paranaense dos Advogados Públicos, Associação dos Defensores Públicos do Estado do Paraná, Associação do Ministério Público do Estado do Paraná, Sindicato das Classes Policiais do Paraná, Associação dos Delegados de Polícia do Paraná, Sindicato das Classes Policiais do Paraná, Associação dos Procuradores do Estado do Paraná, Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual do Estado do Paraná e Associação dos Analistas Judiciários do Estado do Paraná.



Além de atuar com leilões judiciais e extrajudiciais presenciais e online, atua ainda, como Síndico de Falência, administrador judicial de propriedades rurais e comerciais, Intervenção e administração judicial (inventário e afins) e, recuperação judicial de empresas.

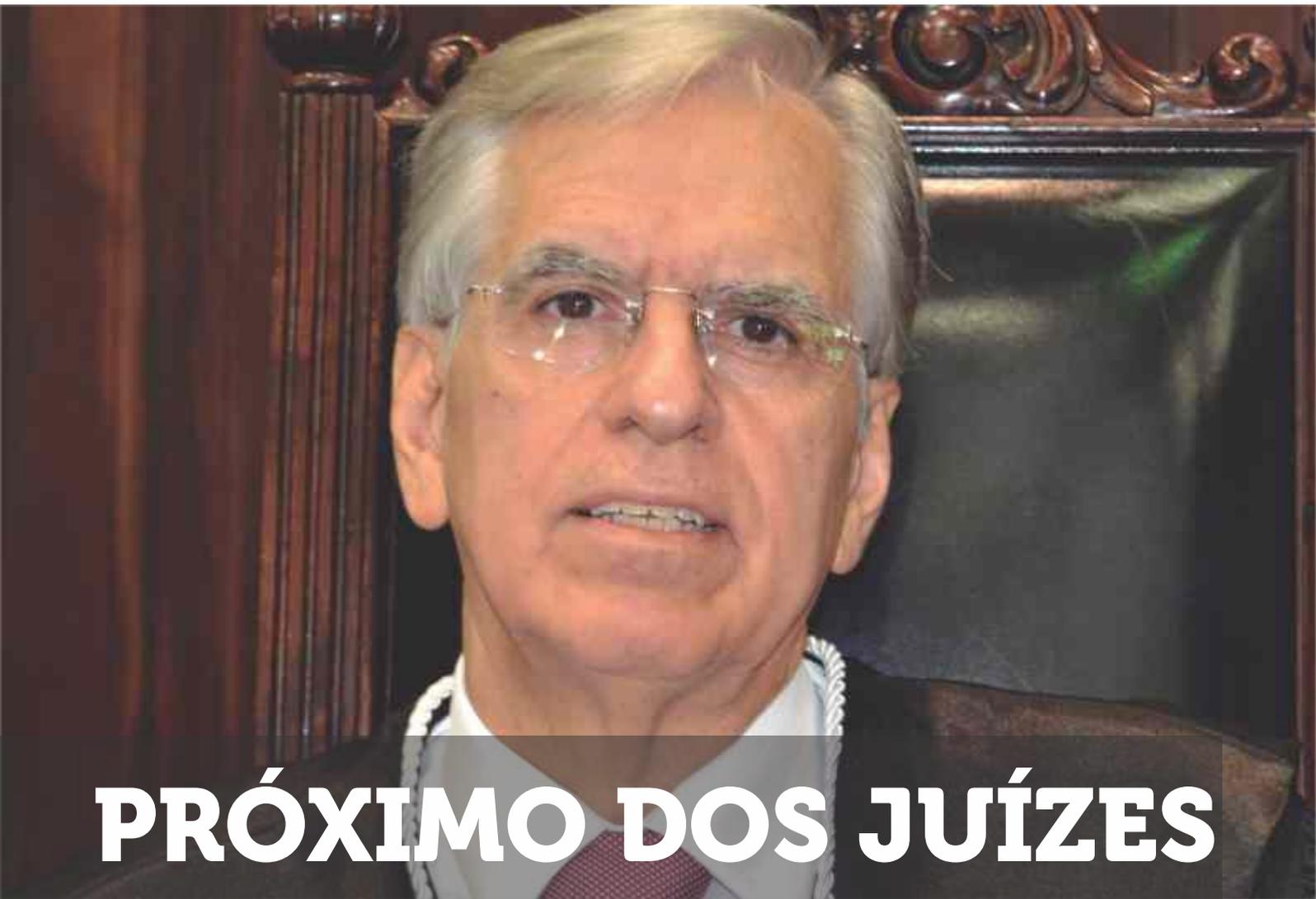
Rene Pereira da Costa - Leiloeiro Oficial - Jucepar Nº 14.255-L

E-mail: rpcleiloesjudiciais@gmail.com - www.rpcleiloesjudiciais.com.br

44 3041-0471 / 44 9911-4441

Em Maringá: Av. João Paulino Vieira Filho nº 843, Sala 4 - Novo Centro

Em Curitiba: Rua XV de Novembro (Rua das Flores) nº 362, 5º Andar, Conj. 503 - Centro



PRÓXIMO DOS JUÍZES

*Para **Eugênio Grandinetti**, corregedor-geral do TJ, o juiz de primeiro grau, que atua na porta de entrada da Justiça, deve ser visto como peça chave no trabalho da Corregedoria. Tal afirmação não encontra justificativa coercitiva, mas de estímulo e reconhecimento.*

As palavras de incentivo do desembargador, declaradas na entrevista a seguir, apontam para um projeto de intercâmbios entre juízes e desembargadores. “Visamos estreitar os laços entre os magistrados, criando uma rede de colaboração, de forma a dar suporte principalmente aos magistrados recém-ingressos e que atuam em comarcas mais isoladas”, afirmou.

Leia a seguir a entrevista destinada à AMAPAR.

AMAPAR - Referente ao planejamento de atuação do senhor para este primeiro ano de gestão à frente da Corregedoria-Geral, quais serão as prioridades?

Eugênio - Durante o ano de 2013, no meu primeiro ano de gestão como Corregedor, participei da elaboração do Planejamento Estratégico da Corregedoria-Geral da Justiça para o período de 2013 a 2017 e lá já traçamos diversos objetivos estratégicos e linhas de atuação prioritárias para a Corregedoria, especialmente voltadas a garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos, maximizar o valor transparência como

forma de aproximação com a sociedade e aperfeiçoar as rotinas e procedimentos nos trâmites judiciais e administrativos.

Nessa mesma linha, a Corregedoria Nacional de Justiça propõe como a primeira das Metas para as Corregedorias de Justiça de todo o país, para este ano de 2015, a redução no tempo de duração dos procedimentos administrativos disciplinares em curso nas Corregedorias. Sabemos que há casos excepcionalmente complexos que demandam apuração mais alongada, mas, como regra, temos buscado racionalizar o trâmite dos procedimentos, com vistas à celeridade e efetividade da atuação disciplinar.

Além disso, continuo buscando conciliar o controle e a fiscalização da qualidade dos serviços prestados pelo Poder

Judiciário, com o aconselhamento, a orientação e o suporte aos magistrados, servidores e serventuários, tendo como meta a efetiva contribuição da Corregedoria na qualificação da atividade jurisdicional. Isso tudo sempre em parceria e em consonância com os demais integrantes da cúpula do Tribunal de Justiça, especialmente com o Presidente, Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, que é um administrador atento à importância do planejamento e profundo conhecedor das necessidades do Poder Judiciário.

AMAPAR - Hoje, como o senhor avalia a produtividade do 1º grau e em quais pontos devem ocorrer mais investimentos para que ocorram ganhos na produtividade?

Eugênio - A produtividade do Poder Judiciário paranaense como um todo é excelente. Temos uma taxa média de desobstrução no primeiro grau de 102,3%.

Em setembro passado, o Relatório Justiça em Números 2014, do CNJ, apontou um acréscimo de 14% na produtividade do Tribunal de Justiça do Paraná, levando em conta o número de processos baixados em comparação com o ano de 2012. Cada magistrado paranaense foi responsável pela baixa, em média, de 1.671 processos no ano de 2013, número acima da média nacional, que é de 1.666 processos baixados por magistrado no mesmo período. Registrou-se, também, um decréscimo de 5,18% na taxa de congestionamento em comparação com o ano de 2012.

Eventuais déficits no quantitativo de produção são pontuais e vêm sendo enfrentados sistematicamente pela Corregedoria-Geral da Justiça, bem como pela Presidência do Tribunal.

A força-tarefa de magistrados hoje realizada pela Corregedoria, com apoio da Presidência, tem se mostrado uma experiência bastante exitosa e temos buscado seu aprimoramento.

Especificamente no âmbito da Corregedoria, também de suma importância é a atuação preventiva desenvolvida pelo Núcleo de Estatística e Monitoramento da Corregedoria, o NEMOC, que nos auxilia a identificar pontos de estrangulamento na produtividade. O investimento nesse tipo de atuação preventiva certamente refletirá positivamente na produtividade, na medida em que magistrados e servidores passem a se sentir amparados pela Corregedoria, mais do que meramente controlados.

AMAPAR - O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que completou uma década de atuação, mudou significativamente os rumos da Justiça brasileira. Hoje, qual avaliação o senhor faz do órgão? Quais pontos – negativo e positivo – o senhor destaca?

Eugênio - O papel do CNJ vem muito bem definido em seu Regimento Interno, como órgão de controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, orientando e fiscalizando os Tribunais. Hoje, temos um relacionamento institucional entre Tribunal de Justiça do Paraná e CNJ que é muito enriquecedor.

Ruídos de comunicação são comuns em qualquer espécie de relação interpessoal, mas é inegável o avanço do Poder

Judiciário nacional proporcionado pela troca de experiências e pela visão estratégica e gerencial compartilhadas pelos Tribunais de todo o país por intermédio do CNJ.

AMAPAR - Sobre a movimentação na carreira da magistratura, na época do senhor, enquanto juiz de 1º grau, as promoções às comarcas maiores e ao Tribunal eram mais demoradas. Como o senhor avalia a constante movimentação nas comarcas?

Eugênio - Nos últimos anos, a população do Paraná teve um crescimento expressivo e a consciência dos cidadãos quanto a seus direitos foi bastante incrementada, como, por exemplo, com relação às relações de consumo. Com isso, automaticamente, a demanda ao Poder Judiciário também cresceu, o que passou a ser sentido com significativo aumento do número de feitos em andamento em diversas Comarcas do Estado.

Nesse contexto, Comarcas de entrância intermediária foram elevadas à condição de entrância final, ao mesmo tempo em que se criaram novas unidades judiciárias nessas Comarcas, também de modo a atender a essa demanda crescente. Como consequência, diante da necessidade de serem preenchidas essas novas unidades, foram promovidos juizes das entrâncias intermediárias para as entrâncias finais e das entrâncias iniciais para as entrâncias intermediárias, o que se deu num espaço de tempo relativamente curto, isto é, de forma mais rápida do que o processo natural inerente à seleção de novos juizes por meio de concurso público. Esse quadro ocasionou uma atípica rotatividade de juizes nas Comarcas, como consequência inevitável de uma intensa movimentação na carreira. Felizmente, com a realização de diversos concursos públicos e a nomeação de novos magistrados, a defasagem vem sendo suprida e já se verifica a tendência de que, em curto espaço de tempo, o cenário volte a se estabilizar, situação em que, forçosamente, os juizes permanecerão por mais tempo em uma Comarca.

AMAPAR - Como a AMAPAR e os juizes podem contribuir com a Corregedoria-Geral?

Eugênio - Costumo dizer que o magistrado de primeiro grau é peça chave no trabalho da Corregedoria. É ele quem vivencia o cotidiano da Comarca, quem conhece a fundo as principais necessidades e fragilidades do Judiciário em seu âmbito de atuação, quem exerce a função correccional mais próxima dos Cartórios Judiciais e Extrajudiciais. Já em 2012, quando ainda era candidato à eleição para o cargo de Corregedor, tinha uma ideia, ainda embrionária, de implementar juntamente com as correições, eventos de intercâmbio de conhecimentos e experiências entre juizes e desembargadores, debatendo as questões mais recorrentes e polêmicas naquela Seção Judiciária. Com minha assunção na posição de Corregedor-Geral, estou desenvolvendo mais a fundo esse projeto, com o envolvimento dos juizes auxiliares. A EMAP será uma valiosa parceira nesse projeto. Com isso, visamos estreitar os laços entre os magistrados, criando uma rede de colaboração, de forma a dar suporte principalmente aos magistrados recém ingressos e que atuem em Comarcas mais isoladas.



De servidor a presidente

Jucimar Novochadlo fala da estreita e afetuosa ligação com o TRE-PR

Responsável máximo pela condução da justiça eleitoral do Paraná no ano de 2015, o desembargador Jucimar Novochadlo assume a presidência do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR) com a missão de aumentar o número de eleitores aptos a votarem pelo sistema biométrico no estado. Também anuncia que o Paraná deve atingir a marca de 8 milhões de eleitores para as eleições municipais de 2016.

A satisfação em atuar à frente do TRE-PR é dobrada, afirma Novochadlo, ao receber a revista *Novos Rumos* para uma conversa bem agradável. Além de agora responder pela presidência - após atuar no ano passado como corregedor da instituição -, o magistrado traz em sua biografia outra passagem pelo TRE-PR, quando trabalhou como servidor, há 25 anos. “A ascensão ao cargo de presidente é muito significativa, pois fui servidor do TRE e agora retorno na condição de presidente”, ressalta.

Confira a seguir a opinião do desembargador Jucimar Nochadlo sobre temas atinentes à corte eleitoral.

“A Justiça Estadual está em todos os lugares, todas as comarcas, todos os municípios. O juiz estadual é que está à frente desses municípios pequenos, ele que tem condições, efetivamente, de acompanhar, de dar um rumo para a eleição. Deve permanecer a Justiça Eleitoral com os juízes estaduais”

O PR deve atingir **8 milhões** de eleitores. Curitiba chegará à marca de **1,3 milhões** de eleitores. São **139** fóruns eleitorais no estado. **15** fóruns a serem inaugurados.

Estrutura - Ao iniciar a entrevista, o novo presidente do TRE-PR chamou atenção para alguns números que traduzem o crescimento do estado no que tange à estrutura eleitoral. No ano de 2016, como traz o magistrado, o Paraná deverá atingir 8 milhões de eleitores e Curitiba a marca de 1,3 milhões. “Com relação às construções dos fóruns eleitorais, nós temos 206 zonas eleitorais e temos 139 fóruns eleitorais já construídos e devidamente inaugurados. Restam apenas 15 fóruns a serem inaugurados e já estão em fase de construção. Temos, também, a construção do novo fórum da cidade de Cascavel, porque o fórum antigo já não comportava mais os serviços, em razão do número de eleitores. Provavelmente até o final do ano deva ser inaugurado. Nós também estamos ampliando o fórum de Foz do Iguaçu, que também necessitava de uma melhoria para poder atender o eleitorado daquela região. Então, todas essas obras estarão cumpridas até o final do ano e serão inauguradas”, afirmou.

Reforma Política - Sobre a tão comentada necessidade de uma reforma política efetiva no Brasil, o presidente do TRE acredita que deva ocorrer maior apreço à fidelização partidária. “O cidadão é candidato de um determinado partido e no dia seguinte em que ele é eleito já está mudando de partido. Eu acho que os próprios partidos têm de começar a maturar essa ideia de que a filiação partidária pertence ao partido e que o candidato tem que

respeitar um pouco o partido em que ele foi eleito. Se não, não há fortalecimento dos partidos”, critica.

Questões tortuosas - Ao atuar em 2014 como vice-presidente e corregedor do TRE-PR, Novochadlo afirma que a condução dos trabalhos durante a eleição não teve grandes problemas, sendo apenas alguns entraves em questões relacionadas à propaganda e prestação de contas. Também afirma que nas eleições municipais existem problemas mais pontuais, como a maléfica influência no interior, como a compra de votos. “Nas eleições municipais é que esses problemas são mais agudos, são mais pontuais. É muita compra de votos, há muita influência política, distribuição de combustível, essas coisas todas”, informa.

O juiz estadual e as eleições - O desembargador Jucimar Novochadlo continua com o posicionamento de que os juizes eleitorais é que estão aptos a conduzirem as eleições. Ele critica a Proposta de Emenda Constitucional nº 31/2013, que pretende fragmentar a participação dos magistrados na condução eleitoral. “A Justiça Estadual está em todos os lugares, todas as comarcas, todos os municípios. O juiz estadual é que está à frente desses municípios pequenos, ele que tem condições, efetivamente, de acompanhar, de dar um rumo para a eleição. Deve permanecer a Justiça Eleitoral com os juizes estaduais”, afirma.



Câmara aprova PEC da Bengala

Maioria maciça dos 16 mil magistrados brasileiros é contrária à elevação da aposentadoria compulsória aos 75 anos

Classificada como retrocesso pela maioria maciça dos mais de **16 mil magistrados brasileiros**, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 457/2005 foi aprovada com 317 votos favoráveis e 131 contrários em março pela Câmara dos Deputados. A proposta, conhecida como a PEC da Bengala, aumenta de 70 para 75 anos a aposentadoria de ministros nos tribunais superiores e Tribunal de Contas da União (TCU).

Segundo a PEC, a aposentadoria compulsória aos 75 anos poderá ser ampliada para todos os servidores públicos por uma lei complementar a ser discutida pelo Congresso Nacional. O texto aprovado é o projeto original enviado pelo Senado. A mudança ainda precisa ser votada em segundo turno e ser promulgada em sessão do Congresso para poder entrar em vigor.

AMAPAR contrária - Ao atuar no front dos debates com as frentes parlamentares, a Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), que sempre foi contrária à elevação da aposentadoria, entende que a alteração constitucional será prejudicial ao Poder Judiciário, principalmente pela estagnação da carreira da magistratura.

Outros malefícios estariam no engessamento das construções jurisprudenciais das cortes, além de causar impactos severos na Previdência Social, com uma série de aposentadorias precoces. “O Poder Judiciário, que tem muitas virtudes, também possui problemas para resolução. Uma medida como esta visa,

apenas, o prolongamento no poder de parte da magistratura - em prejuízo da maioria - que não chegaria ao Tribunal - e do sistema de Justiça”, pontou Frederico Mendes Júnior, presidente da AMAPAR.

Malefícios - O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luis Roberto Barroso, consagrado como um dos grandes doutrinadores, declarou ser contrário à elevação da aposentadoria compulsória para 75 anos de idade. Fazendo a ressalva de que sua opinião é “estritamente doutrinária, e não política”, uma vez que a decisão sobre proposta cabe ao Congresso Nacional, Barroso afirmou que a “aprovação da PEC da Bengala não seria boa para o país”.

O ministro comentou aos órgãos da imprensa que a ampliação cria um “mandato natural” no STF. Isso porque “a nomeação normalmente se dá entre os 55 e 60 anos, fazendo com que o ministro fique no cargo entre dez e 15 anos, que é uma média boa”. O segundo motivo de Barroso é que a aposentadoria aos 75 anos iria tornar a magistratura menos atrativa e afastaria os melhores profissionais.

Outro argumento de Barroso está na preservação, que é, de acordo com o magistrado, “uma instituição consolidada, que serve bem ao país”. Assim, segundo ele, eventuais mudanças no funcionamento da corte deveriam “ter motivação institucional, e não político-partidária”.



Presidente da AMAPAR acredita que a estagnação no Judiciário, o engessamento de pensamentos e carreira menos atrativa estão entre os malefícios da “Bengala”



Eventuais mudanças no funcionamento da corte deveriam “ter motivação institucional, e não político-partidária”, afirma o ministro Luís Roberto Barroso (STF)

Modelos

- Levantamento da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) exemplifica que o modelo brasileiro – que prevê a aposentadoria obrigatória do ministro do STF que completar 70 anos – só tem equivalência na Áustria e na Bélgica.
- Itália, França, Espanha e Portugal não estabelecem idade para aposentadoria, mas mandatos para os ministros. Nos três primeiros países, o mandato é de nove anos, enquanto o modelo português estabelece mandato de seis anos.
- A Alemanha combina os dois critérios: além do mandato de 12 anos, há limite de idade de 68 anos para os juízes ocupantes da corte constitucional.
- Nos Estados Unidos, por outro lado, não há mandato tampouco limite de idade. O juiz indicado à Suprema Corte tem mandato vitalício. A AMB aponta que a PEC vai aumentar, de 17 para 22 anos, o tempo médio em que um ministro ocupará o cargo no Supremo Tribunal Federal. No Tribunal Superior Eleitoral, estima a AMB, o magistrado que hoje passa 19 anos no cargo passará a ocupar a posição por 24 anos.



Para fazer bonito

AMAPAR estimula a participação de associados e espera contar com delegação de peso em João Pessoa (PB) nos Jogos Nacionais da Magistratura

Acontece na cidade de João Pessoa (PB), de 29 de abril a 3 de maio, a **VII edição dos Jogos Nacionais da Magistratura**. Desembargadores, juízes, cônjuges e demais dependentes poderão demonstrar suas habilidades em 11 modalidades esportivas, além de confraternizarem e estreitarem os laços de amizade com colegas de todas as regiões do país. “Além de incentivar a prática esportiva e a aproximação entre os associados, os jogos também buscam promover o encontro entre os familiares dos magistrados”, destaca a divulgação oficial.

AMAPAR nos jogos – A diretoria da AMAPAR espera contar com uma delegação numerosa em João Pessoa (PB). Para estimular a participação de colegas, além da realização de um sorteio de 20 passagens aéreas, que ocorreu no dia 3 de março, a entidade tem divulgado o grande evento para que associados também formem equipes competitivas, principalmente nas modalidades coletivas, como futsal, basquete e vôlei.

O diretor de esportes da AMAPAR, Davi Pinto de Almeida, lembra que a AMAPAR esteve presente em todas as

edições dos jogos e sempre trouxe bons resultados. “A AMAPAR mais uma vez está preparando uma delegação que certamente será vitoriosa e festiva. Para que isto realmente ocorra, contamos com a participação do maior número possível de associados e dependentes. Além do prazer de participar das disputas, viveremos um momento singular de confraternização. Afinal, como diria Coubertin: ‘o importante não é vencer, mas competir. E com dignidade! Espero que estejamos juntos. Um forte abraço”, destacou o magistrado.

Quando sediou o evento na cidade de Foz do Iguaçu, em 2010, a AMAPAR foi atenta em todos os sentidos. A organização primorosa, o título de campeã geral e o grande número de participantes fizeram do evento um dos mais inesquecíveis na história dos conagraçamentos da magistratura nacional. Nas últimas edições, apesar do pequeno número de atletas, a AMAPAR conquistou bons resultados. Em São Paulo, no ano de 2013, com apenas 13 participantes, a AMAPAR ficou com o caneco de 2º colocado geral, atrás do Rio Grande do Sul, tradicional adversário.

Atrações paraibanas - A cidade que vai receber a sétima edição dos Jogos Nacionais da Magistratura é uma atração à parte para os magistrados e suas famílias que participarem do evento. A capital paraibana, João Pessoa, oferece algumas das mais belas paisagens do Brasil, com praias paradisíacas, como a de Tambaú, onde piscinas naturais encantam os turistas.

Mas há muitas outras opções, além de sol e mar cristalino. Com pouco mais de 723 mil habitantes, João Pessoa mantém características de cidade pequena, com ares bucólicos e recantos charmosos. Entre os cartões-postais, está a Pedra do Reino, localizada no Parque Sólon de Lucena. O monumento homenageia o paraibano Ariano Suassuna. No parque ainda há a nova fonte luminosa, com um espetáculo de luzes, cores e sons.

A região metropolitana também concentra pontos de visitação. A 18 quilômetros do centro, no município portuário de Cabedelo, fica a Fortaleza de Santa Catarina, monumento histórico

de grande valor e um marco da resistência paraibana contra as invasões dos franceses e holandeses nos tempos coloniais. E na cidade de Conde fica a praia de Tambaba, conhecida por ser um dos santuários do naturismo nacional. É um paraíso ecológico com labirintos multicoloridos e acesso fácil, distante apenas 30 minutos de carro da capital.

Para quem não abre mão de conhecer a cultura local, o Mercado de Artesanato Paraibano e a Casa do Artista Popular destacam uma grande diversidade de artigos nobres e rústicos elaborados com algodão de cor, palha, cabaças, rendas, sementes, barro e argila. Depois de tantos passeios, sobram opções para comer bem e repor as energias. A gastronomia de João Pessoa é diversificada: são mais de 100 bares e restaurantes ao longo da orla e no centro histórico, com a culinária que vai da regional à japonesa. A capital também conta com restaurantes de excelente qualidade e tradição.

Modalidades em disputa

Atletismo - Masculino e Feminino

(para magistrados e cônjuges/companheiros)

Basquete – Masculino

(para magistrados, cônjuges/companheiros e dependentes)

Futevôlei – Masculino

(para magistrados, cônjuges/companheiros e dependentes)

Futsal – Masculino

(somente para magistrados)

Natação - Masculino e Feminino

(para magistrados e cônjuges/companheiros)

Pebolim - Masculino e Feminino

(somente para magistrados)

Sinuca – Masculino

(somente para magistrados)

Tênis de Mesa - Masculino e Feminino

(para magistrados, cônjuges/companheiros e dependentes)

Tiro - Masculino e Feminino

(para magistrados e cônjuges/companheiros)

Vôlei de praia (duplas) - Masculino e Feminino

(para magistrados, cônjuges/companheiros e dependentes)

Vôlei de quadra - Masculino e Feminino

(para magistrados, cônjuges/companheiros e dependentes)

Xadrez - Masculino e Feminino

(somente para magistrados)

Atletismo e Natação:

Livre (qualquer idade)

Máster (a partir de 40 anos)

Sênior (a partir de 50 anos)

Super Sênior (a partir de 60 anos).

Nos jogos de São Paulo, em 2013, a AMAPAR ficou com a segunda colocação geral.



Como participar

Inscrições, passagens, hospedagem e demais informações sobre os Jogos Nacionais da Magistratura podem ser obtidas na AMAPAR com a funcionária Caroline, pelo telefone (41) 3017-1624 e e-mail: eventos1@amapar.com.br



Helcio Kronberg

LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

JUCEPAR: 653



Apresentação

Excelência:

Poderia nesse anúncio mencionar que sou leiloeiro há 15 anos; que nos processos em que sou nomeado atuo quando determinado como avaliador e depositário; que faço remoções; que sou autor de livros sobre o tema; que tenho quatro formações universitárias, inclusive Direito, além de pós-graduações e dois mestrados; que uma vez nomeado providencio todos os ofícios conforme código de normas e redijo os editais; que realizo leilões online com transmissão em tempo real, possibilitando a presença conectada de Magistrados e MP; que acompanho nomeações e determinações via Diário e Projudi; que leciono cursos sobre expropriação forçada e que sou diretor da escola de leiloeiros; mas ao invés disso prefiro mostrar os resultados nas hastas e praças públicas: **88% dos lotes.**

Sentiria-me honrado em ser nomeado em sua vara e atuaria com zelo e profissionalismo.

Helcio Kronberg

Matrícula 653 Jucepar

Projudi hk.per 085.187.848-25

Votos de estima e consideração.



kronberg.com.br

Rua Emiliano Pernetta, 736 - Centro - CEP: 80.420-080 - Curitiba/PR

Tel/Fax: (41) 3233-1077 // helcio@kronberg.com.br

Transparência

Confiança

Credibilidade



A fórmula do sucesso

Um andarilho, com fome e maltrapilho, driblou a segurança e conseguiu chegar ao Palácio Real. Todavia, ao se aproximar do Rei, já dentro de seus aposentos, foi descoberto por um guarda-real. Este, imediatamente, imobilizou o invasor e pôs-se a questioná-lo:

- A mando de quem vieste matar o venerando Rei?

Respirando com dificuldade pelo abraço de urso que lhe dava o guarda-real, respondeu:

- Não vim matá-lo. Vede, nem arma tenho.

- Então o que vieste fazer? Pedir comida, miserável?

- Vim perguntar ao Rei a fórmula do sucesso, pois eu queria ser como ele, rico, poderoso, admirado e amado por todos.

- Infeliz, tu já irás saber o que é sucesso quando eu te lançar no calabouço.

Nisso, o Rei, que a tudo assistia, se aproximou.

- Solte esse homem! E me deixes a sós com ele.

O guarda-real, lançando um olhar vingativo ao infeliz andarilho, obedeceu.

- Por que quer saber a fórmula do sucesso meu bom homem, se não tem comida para se alimentar, roupas para se vestir, casa para dormir, mulher para amar e filhos para cuidar?

- Eu não nasci assim. Meus pais tinham posses, mas eu pus tudo a perder. Agora, quero recomeçar e resolvi vir aqui me aconselhar com Vossa Alteza.

O Rei deu uma longa suspirada, passou a mão na cabeça calva como se estivesse a pentear uma vasta cabeleira, e respondeu:

- A fórmula do sucesso está na sua mão, mais precisamente em seus cinco dedos. Cada um deles tem um significado. Proceda de acordo com esses significados e terá sucesso.

O andarilho esboçou um sorriso e quis logo saber quais eram esses significados.

O Rei, então, falou.

- Olhe para este dedo. É o chamado dedo mínimo, o mindinho, ou minguinho, o menor de nossa mão. Ele representa a humildade.

A palavra humildade vem de humus, aquela parte úmida da terra, que ninguém gosta de pisar, mas que é a mais fértil de todas. Significa que devemos ter a consciência da nossa importância e do dever de sempre servir.

O andarilho olhou para o seu dedo mínimo, sujo de terra, talvez de húmus.

- Agora, veja este outro dedo aqui – Continuou o Rei. -- É o anelar ou anular. Aquele em que pomos a aliança. A colocação da aliança é um ato simbólico através do qual assumimos um compromisso com a pessoa amada de ser fiel, ter respeito mútuo, planejar o futuro e envelhecer com ela, formando uma família centrada na harmonia e no amor. O anelar significa, enfim, planejamento.

O andarilho olhou para seu dedo anelar e viu ali uma marquilha branca, onde um dia esteve colocado um anel igual àquele do qual falava o Rei.

- O terceiro dedo – prosseguiu o Rei – é o dedo polegar. Ele é o mais forte e poderoso de nossa mão. Com ele, nossos ancestrais mais remotos puderam se agarrar às árvores, segurar armas, ferramentas e sobreviver, transmitindo os genes que deram origem a nós dois. Esse dedo representa o nosso esforço, a nossa dedicação, o nosso suor.

O andarilho alisou o seu dedo polegar. Nunca havia dado valor a ele.

- O quarto dedo, meu bom homem, é o indicador. É com ele que apontamos para as coisas que queremos e com o qual mostramos nossa insatisfação a terceiros. Esse dedo significa a execução de nossos ideais, de nossos planos, tornando realidade os nossos sonhos.

O andarilho olhou para o seu dedo indicador e, discretamente, apontou-o para si.

Por último, concluiu o Rei:

- Agora, meu bom amigo, repare no dedo médio. Ele é o maior de todos e está no centro, exatamente no meio dos outros quatro. Ele representa a sensatez, o equilíbrio, em uma palavra, a justiça. Por isso, a natureza o pôs no centro e o fez maior.

E o andarilho se lembrou de quantas vezes ignorou essa regra ao mostrar esse dedo aos seus desafetos num momento de ira.

- Eis, aí, meu bom homem, o segredo do sucesso: Se quiser vencer na vida, seja humilde (como o dedo mínimo); planeje a sua vida com seriedade e responsabilidade (como o dedo anelar); aja com vigor, dedicação e muito esforço (como o dedo polegar); execute rigorosamente tudo aquilo que planejou (como o dedo indicador, sempre a lembrá-lo de suas obrigações) e proceda, sempre, com equilíbrio e bom senso (como o dedo médio), pois de nada adianta ser humilde, planejar, ter força, executar os seus projetos se não for um homem justo.

O andarilho agradeceu ao Rei e se afastou. Muitos anos depois o Rei faleceu. Embora o seu velório tivesse sido reservado apenas aos familiares e amigos mais chegados, um estranho bem vestido e revelando ser detentor de altas posses, furou o bloqueio e se aproximou do Rei. Antes que os guardas pudessem detê-lo, colocou uma flor sobre o peito de Sua Majestade, ajoelhou-se e beijou a sua mão direita, num gesto de eterna gratidão e agradecimento.

Era o andarilho que viera se despedir.

O Estado do Paraná

Considerações sobre limites e fronteiras.

Integridade territorial.

A Lei n.º 704 de 20 de agosto de 1853 criou a Província do Paraná, com os mesmos limites da Comarca de Curitiba. A tramitação do processo de aprovação perdurou por dez legislaturas. Atos procrastinatórios, procedimentos jurídicos e não-jurídicos acompanharam a traumática emancipação da 10.ª Comarca de São Paulo, antiga 5.ª Comarca, batizada com inédito patronímico, Paraná, a 19ª província do Império brasileiro.

A instalação do Paraná, com seus 62.258 habitantes, ocorreu em 19 de dezembro de 1853, pelo eminente Zacarias de Goes e Vasconcelos. Durante os dezesseis meses em que presidiu a província, cumpriu o programa de governo traçado pelo ministro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, sobre a ordenação administrativa do Estado, funcionários e pagamentos, criação dos correios, instalação dos portos, atendimento às vias de comunicação, especialmente as que ligavam as vilas do litoral às de serra acima, a de Guarapuava chegando às margens do Rio Paraná, expedientes de administração de rendas e estações fiscais. Neste rol de instrução, além de indicar que a capital deveria se localizar no planalto, referia-se à fronteira do Império com as repúblicas de língua espanhola.

Em tempos outros, D. João VI houvera alertado seu filho, D. Pedro I, quanto aos aventureiros que desejavam tirar-lhe a coroa, numa alusão aos caudilhos sul-americanos.

O governo provincial instalou a assembleia (vinte membros), indicou um senador e um deputado à assembleia geral, escolheu a Capital, mas nada disse a respeito do Judiciário. Quer dizer, só foram instalados Executivo e Legislativo. Uma emancipação relativa. A Província permaneceu, no âmbito judiciário, dependente de São Paulo, que continuou pagando os vencimentos dos três juizes de direito e dos seis juizes municipais. Os julgamentos em 2.º Grau, raríssimos, permaneciam apreciados pela Corte paulista.

Sucederam-se 27 presidentes da Província do Paraná, a maioria oriunda de outras regiões. Naquele crítico período de afirmação política, disputas internacionais em relação aos limites e estabelecimento de fronteiras perturbaram as ações legislativas e executivas paranaense.

Em 1830 o Brasil concedeu independência à Província Cisplatina, como República Oriental do Uruguai, com o objetivo de impedir o acesso castelhano pela Bacia do Prata. Em 1852, o Paraguai entregou o Território das Missões à Argentina, a área ocupada pela Companhia de Jesus, para ter reconhecida a sua independência. Entre 1865 e 1875, ocorreu a Guerra do Paraguai, trazendo dívidas atroztes ao Brasil e à Argentina, destruindo o

estado paraguaio, modelo econômico de então, enfraquecendo a região limítrofe. Tradicionalmente, as tribos indígenas, em especial os guaranis, davam-se bem com os espanhóis e hostilizavam os portugueses, aliás, era recíproco, tanto que 'não sobrou índio' em nosso território.

Durante o estado imperial a ameaça de invasão argentina era constante, além do contrabando de erva-mate e madeira. Então, estrategicamente, foram instaladas três colônias militares, Chapecó (1859), Foz do Iguaçu (1876) e Chopim (1882). O Barão do Rio Branco, em 1895, ajustou as divisas do Brasil com Argentina e Paraguai e mais o Uruguai, por arbitragem internacional, assegurando a fronteira brasileira, tanto na Questão das Missões como na Questão de Palmas.

Em 17 de maio de 1880 o Imperador d. Pedro II e a Imperatriz dona Tereza Cristina visitaram a Província do Paraná, fato político de grande relevância. O casal real e pequena corte aportaram em Paranaguá debaixo de chuva fina e frio. O mau tempo permaneceu até a partida em 05 de junho. O imperador, apesar de contar com 55 anos, fez todo o percurso montado a cavalo, ultrapassou a Serra do Mar, chegou a Curitiba, visitou Campo Largo, Ponta-Grossa, Palmeira e Castro, com aquele tempo horrível que os paranaenses bem conhecem. De benefícios, os locais participaram do lançamento da pedra fundamental da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, da Santa Casa de Misericórdia, do dinheiro oferecido às escolas e conferência de títulos honoríficos.

A proclamação da República ocorreu em 15 de novembro de 1889. No Paraná, agora plenamente emancipado, teve início a organização do Estado e foi eleito governador Generoso Marques dos Santos, que providenciou decretos e leis fundamentais para sua governabilidade, normas para o funcionamento da Assembleia Legislativa. Pela Lei nº3 de 1891 deu início à constituição do Judiciário, com divisão e organização judiciárias, decretando a lei orgânica da magistratura, criando e instalando o Tribunal de Apelação do Estado do Paraná. Esta é a real data da instalação do Estado, quando os três poderes da República passaram a funcionar e, seus membros, a receber vencimentos pagos pelo erário paranaense.

A estabilidade durou pouco, pois em 1892 os revolucionários federalistas, republicanos, maragatos e afins invadiram o Paraná, por mar e terra. A tomada dos municípios de Ambrósios, Tijucas e Paranaguá, o Cerco da Lapa, a morte do Barão do Serro Azul, a chegada do Coronel Ewerton de Quadros, de triste memória, caracterizaram tragicamente o período. Em 14 de

outubro de 1892 a cúpula do Poder Judiciário foi extinta, seus membros aposentados compulsoriamente e o Estado passou por período de arbitrariedades, perseguição e mortes.

O ocaso cessou quando assumiu o cargo de governador, Francisco Xavier da Silva. E, em 17 de janeiro de 1895, foram nomeados desembargadores do Superior Tribunal de Justiça os cinco juízes de direito mais antigos do Estado.

Em 1905 exacerbaram-se as desavenças políticas e jurídicas sobre limites estaduais, a Questão do Contestado, finalizada em 1916, por decisão judicial. Os viventes da região passaram grandes provações e o Paraná perdeu 48 Km² de território para Santa Catarina. Ao mesmo tempo, os estados do Sul recebiam um fluxo migratório de italianos, alemães, poloneses, russos, japoneses, que desenvolveram uma agricultura própria e a ocupação do território paranaense.

De 1923 até 1924, forças militares, revolucionárias, regulares ou não, tropas legalistas, marcha dos rebeldes, gal. Isidoro Dias Lopes, Coluna Prestes, Cândido Rondon representaram episódios de luta e de bravura, fazendo parte do cotidiano da população da Fronteira, onde a moeda corrente era o peso argentino. Apesar dos encarniçados combates, o Paraná sobreviveu íntegro em seus limites e deu azo à obra de Domingos Meireles A noite das grandes fogueiras.

Em 1930, nova ordem política, revolução deflagrada, tomada do poder por Getúlio Vargas. Medidas radicais decretadas, intervenção federal, gravíssima a situação econômico-financeira, instabilidade e insegurança durante o chamado Estado Novo. O movimento Marcha para o Oeste, sonho progressista, foi o prelúdio da federalização do território.

A indevida apropriação de áreas paranaenses, desde o tempo do Contestado por colonizadoras, foi minimizada em 1940,

quando o Interventor Manuel Ribas promoveu a anulação de mais de 59 mil quilômetros quadrados de terra concedida, demarcando lotes rurais e promovendo a instalação de núcleos urbanos no Norte paranaense.

Em 1943, o governo federal encampou todos os bens da Brazil Railway Company, madeireiras, estradas de ferro, empresas de comunicação e de serviços estratégicos em território catarinense e paranaense, concretizando o antigo projeto de Vargas, a criação e instalação do Território Federal do Iguaçu,

ocorrida em 1945. No ano seguinte, a Constituição de 1946 extinguiu o ato, reintegrando a área ao Estado.

Durante a 2.^a Guerra, os imigrantes italianos e alemães foram obrigados a ceder seu patrimônio para o Estado, inclusive o Tribunal de Justiça ocupou até 1961 a sede do Palácio Garibaldi, pertencente à colônia italiana.

Em 1957, o Paraná foi convulsionado com o Levante dos Posseiros em Francisco Beltrão, pela falta de regularização fundiária.

Pessoas inescrupulosas e violentas surpreenderam os moradores com uma dita campanha de compra e venda compulsória de terras e pinheiros oferecendo por elas um preço vil. A população do Sudoeste mobilizou-se em luta contra concessionárias, grileiros, jagunços, posseiros, cartórios de registro de imóveis. Ante a ameaça geral, brasileiros se refugiaram na Argentina, preocupados com a legitimidade da posse. Ao mesmo tempo, o Norte paranaense vivia o Ciclo do Café, liderando a produção e exportação agrícola nacional.

O paranaense suportou bravamente todas as contendas em seu território, aos encontros nada amigáveis entre paulistas e gaúchos, assistiu aos atos de bravura de seus homens, temeu a invasão argentina, mas sempre que necessário, refugiou-se em Buenos Aires e manteve sua integridade territorial.



Mapa do Estado do Paraná com o território do Iguaçu em destaque

Comemoramos neste ano de 2015, **162 anos de emancipação política do Paraná** e **124 anos de instalação do Poder Judiciário**. O território paranaense possui uma área de 119.315 km², uma população de 12 milhões pessoas e 164 comarcas.

- No Poder Judiciário paranaense são 920 cargos de magistrado, sendo 120 desembargadores.
- 564 juízes de direito em entrância final, incluindo os 20 juízes de direito de entrância final;
- 106 na entrância intermediária;
- 82 na entrância inicial;
- 48 juízes substitutos;
- 17 foros regionais e 03 foros centrais (Curitiba, Maringá e Londrina);
- 60 Seções Judiciárias, sendo 18 na sede nas comarcas de entrância final e 42 em outras.

Homem de Ferro 3



“Homem de Ferro 3” começa com a seguinte frase do protagonista: “Um homem certa vez disse: ‘nós criamos nossos próprios demônios!’”

Não há dúvida de que se trata de um filme de ação com tom maniqueísta (bem x mal). Apesar disso, tem vários pontos que ensinam reflexão e não devem passar despercebidos. A frase acima já anuncia isto.

Nesse “episódio”, Tony Stark – o Homem de Ferro – irá enfrentar o Mandarim. E, claro, após uma série de lutas e explosões, o mal sucumbirá. Isto, porém, irá ficar aqui num plano secundário, não obstante essa batalha, igualmente, contenha componentes interessantes.

No filme, Tony Stark está vivendo uma crise existencial. Não sabe ao certo quem é e qual o propósito de sua vida. Isto o leva a uma série de crises de ansiedade, insônia, foco exclusivo e excessivo no trabalho, e dificuldade em concretizar um relacionamento com Pepper Potts, sua namorada.

Destaca-se neste ponto a cena em que Pepper comparece na mansão de Tony para um jantar de ambos, mas quem a recebe é a armadura, enquanto Tony fala com ela de seu laboratório. Ou seja, ele não está ali; não está com ela. Está apenas de corpo presente, e não por inteiro. Está em crise.

O filme avança e a mansão de Tony vem a ser atacada pelo Mandarim. Atacada, não! Destruída! Todavia, na prática, não foi o Mandarim quem fez aquilo. Foi o próprio Tony. Afinal, foi ele quem em rede internacional forneceu seu endereço ao inimigo. O que ele esperava?

A cena, portanto, é sintomática. Literalmente, Tony pôs sua “casa” por água abaixo, assim como sua coleção de carros e armaduras. Como ele disse: “nós criamos nossos próprios demônios!”

Na sequência, Tony, do interior de uma de suas armaduras, é expulso para o distante Estado do Tennessee. Sucede que, ao aterrissar, é a máquina (Jarvis) quem diz para Tony que precisa dormir e desmonta. Agora Tony está sem casa, sem carros, sem armaduras. É ele consigo próprio, arrastando o que sobrou.

Nessa fase, ele se depara com um garoto (pré-adolescente) que passa a ajudá-lo, inclusive lhe questionando quem ele realmente é. O garoto parece representar o próprio Tony em sua dimensão inconsciente; algo como um retrospecto

necessário para a reconstrução de sua personalidade adulta. Curioso é que Tony passa até a usar boné e um relógio – símbolo do tempo – de criança, recebidos do garoto.

Bem. O fato é que o garoto pergunta, insistentemente, a Tony quem ele é. E, após algumas evasivas, o adulto passa a dizer que é apenas um “mecânico”; que “concerta coisas”. Diante disso, o garoto sentença: “se você é um mecânico, construa alguma coisa!” É o que Tony faz.

Já diante do inimigo, com novas “ferramentas” construídas, e após ver seu relógio de criança destruído, Tony vai retomando aos poucos sua armadura, cujas peças vêm gradativamente da casa do garoto. Assim, novamente portando sua armadura, porém agora sobre outra perspectiva, ele passa a enfrentar o inimigo. Entretanto, desta vez ele não está só. Tem ao seu lado o Coronel James Rhodes e a própria Pepper. Quer dizer: alguns inimigos que criamos – e foi o próprio Tony quem, indiretamente, criou o Mandarim anos antes, ao rejeitar o cientista Aldrich Killian, como mostra o filme – não conseguimos enfrentar sozinhos.

Outra cena a registrar nesse enfrentamento, diz respeito ao fato de Tony retomar o controle de suas 42 armaduras no confronto. É como se cada armadura fosse apenas uma faceta dele em sociedade, mas sem que ele perca sua essência. Ele tem controle total sobre suas armaduras, inclusive as chama pelos sugestivos nomes, que vão de “peixe dourado” a “coração partido”.

Outro detalhe nesse embate final consiste no fato de que quem dá o golpe mortal não é o inimigo não é Tony, e sim Pepper. Ela, aliás, vale-se da força que lhe foi dada pelo próprio inimigo ao submetê-la àquela situação. Algo como fortalecer-se na adversidade.

Já no fim do filme, Tony faz algumas reflexões. Primeiro, ele conclui não precisar mais de um “coração de ferro” para se manter vivo. De agora em diante pode se relacionar emocionalmente com as pessoas, inclusive com Pepper. Segundo, conclui que suas armaduras não passavam de um “casulo”, onde ele se escondia do mundo. Depois, após determinar que Jarvis destrua todas as armaduras, mediante o “protocolo - começar do zero”, arremata: “agora eu sou um novo homem! Eles podem me tirar minha casa, meus truques e brinquedos, mas uma coisa eles não podem levar de mim; eu sou o Homem de Ferro!”



NOVO CPC! E AGORA, JUIZ¹?

Antônio Carvalho Filho, Juiz de Direito, Mestre em Processo Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, coordenador do programa Mesa Redonda do site www.falandodeprocesso.com.br

No último dia 16 de abril houve a sanção do Novo Código de Processo Civil, Lei nº 13.105/2015, que entrará em vigor no dia 17 de abril de 2016. Parafraseando Carlos Drummond de Andrade, a pergunta se torna inevitável, “E agora, Juiz?”

Num primeiro momento é normal que qualquer mudança seja vista com olhos de resistência, nomeadamente quando ela afeta significativamente o trabalho que já estamos acostumados a realizar.

No entanto, acreditamos que o Novo CPC possui inúmeros pontos positivos, dentre os quais elencamos 5 inovações nestes breves apontamentos.

1) De pronto, não poderia deixar de destacar que o diploma é o primeiro dos “grandes códigos” cuja tramitação ocorreu exclusivamente em período democrático. Essa é a marca indelével do CPC/15. Toda a sociedade brasileira foi convidada para contribuir com a criação do código e nenhuma sugestão foi adotada ou descartada sem o debate prévio e equilibrado. Neste ponto, rendemos homenagens aos relatores do(s) projeto(s) no Senado e na Câmara, bem como às comissões de juristas que auxiliaram os parlamentares nas Casas.

Certamente em decorrência desse DNA, o CPC/15 abre sua disciplina processual com as normas (regras e princípios) fundamentais deste Novo Processo Civil. Os doze primeiros artigos do código são destinados a dar ao operador o substrato necessário para sua leitura e compreensão. Além da já conhecida constitucionalização do processo civil, defendida pela doutrina unânime após a CR², diversos princípios passaram a ser positivados, tais como a boa fé objetiva (art. 5º), primazia do julgamento de mérito e da atividade satisfativa (arts. 4º e 6º), cooperação (art. 6º), paridade de tratamento (art. 7º), contraditório ampliado (arts. 9º e 10), vedação de decisão surpresa (art. 10) etc.³

A inclusão desses ideais no plano normativo objetiva transformar o processo em uma “comunidade de trabalho”⁴ que tem a colaboração e o contraditório como margens necessárias ao curso processual, com a finalidade de proporcionar às partes e ao Juiz a construção do provimento mais adequado ao caso concreto. Isso não quer dizer que a parte irá proferir o pronunciamento *per se*. Esse ato processual (decisão interlocutória ou sentença) é praticado pelo magistrado. A ideia é possibilitar que a parte influencie concretamente, através de suas razões, a decisão que virá, mesmo nas hipóteses em que o Juiz pode conhecer da questão de ofício.

A aposta é que através deste “novo” processo o pronunciamento ganhe em legitimidade perante as partes, pois tiveram a oportunidade de participação substancial na formação decisória, diminuindo, assim, o número de recursos. Embora todos nós tenhamos um pé atrás acerca dessa (suposta) possibilidade, só o tempo dirá se a investida foi bem sucedida.

2) Uma das propostas mais interessantes foi a criação da audiência de conciliação e mediação (art. 334) no início do processo. Como se sabe, inúmeras vezes as partes sequer discutiram o caso, presencialmente, antes do ajuizamento da ação e a inauguração do processo. A proposta

legal é fornecer um ambiente próprio para que este encontro aconteça, com a utilização de conciliadores e mediadores especialmente treinados para o desempenho da tarefa e o estímulo das partes à transação. Mas para que isso aconteça, é indispensável que principalmente os advogados estejam imbuídos do papel constitucional que desempenham e atuem concretamente como essenciais para a administração da justiça, transformando-se em bastiões da solução célere do conflito. Somente deste modo, a audiência atingirá seu objetivo e não será apenas um “rito de passagem”. Caso contrário, será inútil e aumentará o tempo neutro ou os buracos negros (*blackholes*)⁵ na tramitação processual.

3) Destacamos, ainda, a sistematização da tutela provisória de urgência e de evidência (arts. 294/311), que consolidou o tratamento da tutela cautelar – extinguindo assim o livro respectivo do CPC/73 – e da tutela satisfativa (antecipada), permitindo a promoção de ambas de forma antecedente, criando, ainda, com relação à última, o mecanismo de estabilização (art. 304), caso não haja recurso da decisão concessiva. Mais uma das apostas do legislador para a redução do tempo no processo.

4) O novo tratamento dado ao ônus de prova, que trouxe a cláusula geral do ônus dinâmico, é uma novidade das mais fascinantes (art. 373, §§ 1º e 2º). O Juiz poderá fixar o ônus de modo diverso do que estabelecido como regra geral (“o ônus é de quem alega”) para determinar que a outra parte prove determinado fato se a prova para ela for mais fácil, se for excessivamente difícil (prova diabólica) ou impossível para a parte que alegou. Trata-se da concretização do princípio da colaboração [complicação] das partes no processo, auxiliando a busca da verdade.

5) Poderíamos elencar muitos outros pontos positivos do Novo CPC (teoria dos precedentes, IRDR, unificação dos prazos recursais, penhorabilidade de salário e poupança em valor superior a 50 salários-mínimos dentre várias outras), mas, para finalizar esta primeira análise, ficamos com o julgamento parcial antecipado do mérito (art. 356). Agora, o Juiz poderá julgar o mérito da causa através de decisão interlocutória (conceito legal no art. 201, § 2º), independentemente de pedido, quando parcela da demanda se mostrar incontroversa, ou então quando parte for questão unicamente de direito, ou ainda não houver necessidade de produção de provas sobre o ponto (causa de julgamento antecipado – art. 355). O pronunciamento desafiará recurso de agravo de instrumento (art. 356, § 5º e art. 1.015, II). Quando da prolação da sentença, não será necessária a “confirmação” da interlocutória, já que na hipótese de preclusão da via recursal a decisão formará coisa julgada material (art. 502), podendo, inclusive, ser objeto de liquidação ou de cumprimento provisório, mesmo antes do mencionado trânsito em julgado (art. 356, § 2º), já que a atribuição do efeito suspensivo ao recurso neste caso dependerá de decisão do respectivo relator (art. 1.019, I).

Inobstante o choque inicial, acreditamos que o CPC/15 possui inúmeros institutos que auxiliarão o Poder Judiciário no cumprimento de sua missão institucional. Todavia, como nenhuma obra é perfeita, ele possui pontos negativos, dos quais nos ocuparemos na coluna do próximo mês. **(Continua...)**

¹ No sentido mais largo que o termo possui.

² CF para a maioria.

³ O fatídico art. 12 será objeto de vidoiro artigo.

⁴ Cf. Dierle Nunes, *Processo Jurisdicional Democrático*, Ed. Juruá.

⁵ Cf. Lúcio Delfino e Eduardo José da Fonseca Costa, *Persiste a situação de desdém legislativo dos assessores judiciais*, disponível em <http://www.conjur.com.br/2015-mar-12/persiste-situacao-desdem-legislativo-assesores-judiciais>, acesso em 19.03.2015.



Ipiranga: Fórum Eleitoral “Des. Augusto Lopes Côrtes” Uma Homenagem Justa

Minha fala contém, logo de início, três agradecimentos.

O primeiro deles a Elizabeth Wagner Côrtes, esposa do homenageado, que me comoveu com o convite para, nesta solenidade, discursar em nome da família de Augusto Lopes Côrtes. Honraria essa que me é conferida pela razão maior de Augusto, filho único de Afrânio José Cordeiro Côrtes e de Odette Amélia Lopes Côrtes, tratar-me e considerar-me seu irmão, tamanha a nossa amizade, que completaria cinquenta (50) anos em março de 2015.

A segunda gratidão, e agora já me pronuncio também em nome da família, dirigida ao Tribunal Regional Eleitoral, que, numa demonstração de reconhecimento pelos trabalhos prestados por Augusto à Justiça Comum e à Justiça Eleitoral, homenageou-me com a denominação do Fórum Eleitoral de Ipiranga. O agradecimento deve ser especial ao Excelentíssimo Presidente da nossa Corte Eleitoral, Desembargador Edson Vidal Pinto, que apresentou ao Colegiado a proposição de nomear “Desembargador Augusto Lopes Côrtes” este Fórum Eleitoral. Testemunhei sempre a admiração que meu amigo Augusto dedicava a Vossa Excelência, Des. Edson Vidal Pinto; ele o considerava um homem justo, de lhanza incomum, um exemplo a todos nós magistrados.

E, por fim, o agradecimento a Excelentíssima Dra.

Alexandra Aparecida de Souza Dalla Barba, Juíza Eleitoral que nos recepciona, e que terá seu nome registrado na História de Ipiranga como a primeira magistrada a atuar no novel Fórum Eleitoral.

Augusto Lopes Côrtes nasceu em Ortigueira, Paraná, em 05 de janeiro de 1956, filho de Afrânio José Cordeiro Côrtes e de Odette Amélia Lopes Côrtes. Realizou o curso primário na Escola de Aplicação “Alba Guimarães Plaisant”, anexa ao Instituto de Educação do Paraná, e o Ginásio e o Científico no Colégio Estadual do Paraná, formando-se em Direito na Universidade Federal do Paraná em 1981.

No Colégio Estadual do Paraná, exerceu, em 1973, o cargo de Presidente Geral do GECEP - Grêmio Estudantil do Colégio Estadual do Paraná, em cujos jornais escrevia crônicas e poesias. Antes de ser presidente da entidade de representação estudantil, Augusto participava de um grupo de artes cênicas criado pelo GECEP, revelando-se, na adolescência, um grande ator e orador. O Colégio Estadual do Paraná, nos anos 60-70 do século passado, despontava como uma escola de excelência, destacando-se também na formação artística de muitos talentos brasileiros. A peça teatral de maior destaque com a participação de Augusto se chamava “Homem Mecânico”; ele interpretava o papel principal de um homem angustiado, que via o mundo mudando tecnologicamente e temia ser substituído por uma máquina.

Discurso proferido pelo Desembargador José Maurício Pinto de Almeida (TJPR) na inauguração do Fórum “Desembargador Augusto Lopes Côrtes”, em Ipiranga, no dia 15 de dezembro de 2014.

Na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, ele participava ativamente da política estudantil, filiado que era do PAP - Partido Acadêmico Progressista. Publicou vários trabalhos e poesias no jornal do Centro Acadêmico “Hugo Simas”, neles registrando seu idealismo e sua vontade de mudar o mundo. Augusto tinha um temperamento forte e nunca deixou de sonhar com mudanças.

E uma dessas mudanças tem direta ligação com o Tribunal Regional Eleitoral. Numa sessão histórica do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná realizada em 2009, Augusto suplente naquele Colegiado, foi um dos inspiradores da ousada recusa da lista dos advogados encaminhada à homologação do Tribunal de Justiça do Paraná pelo TRE para compor a parcela de juristas daquela Corte. Defendia-se, tão somente, o cumprimento da Constituição Federal, e vinte anos após estar em vigor, que prevê sejam os membros do TRE escolhidos mediante eleição pelo Tribunal Pleno, à exceção do Juiz Federal. Com apenas dois votos contrários, o Órgão Especial rompeu com a tradição de se homologarem nomes a compor o TRE, e o então Presidente do TJPR, Desembargador Carlos Hoffmann, encarregou Augusto de minutar o edital e o regulamento específicos. A partir de então, realizamos eleições, de modo que todos os desembargadores, independentemente da praxe inconstitucional da antiguidade, podem candidatar-se aos cargos de cúpula do TRE e todos os advogados e juízes, da mesma forma, aos demais cargos.

Da maturidade política de Augusto Lopes Côrtes consegui extrair que, para se operarem mudanças, nem sempre é preciso exercer cargos de comando nas instituições. Atitude nunca faltou ao nosso homenageado.

Augusto Lopes Côrtes iniciou na advocacia em escritório que ele e seu colega de turma Jefferson Scheer montaram logo após que se formaram (1981), e, depois, passou a exercer assessoria jurídica na COPEL — Companhia Paranaense de Energia Elétrica, onde permaneceu até ingressar na carreira da magistratura estadual em 1986.

Em 1986, em sete (7) de julho, assumiu como Juiz Substituto na Seção Judiciária sediada pela Comarca de Toledo. Sua primeira comarca como Juiz Titular foi Joaquim Távora (nomeado em outubro/1987), de onde foi promovido, em abril de 1991, para a então comarca de entrância intermediária de Francisco Beltrão. Em maio de 1995, foi promovido a Juiz de Direito Substituto da então Comarca de Curitiba, titularizando-se, em agosto de 1997, como Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da mesma comarca. Em outubro de 1999, foi removido ao cargo de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, e, em 12 de julho 2007, promovido por merecimento, assumiu como Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Na gestão do Desembargador Sydney Dittrich Zappa como Corregedor-Geral da Justiça, Augusto exerceu o cargo de

Juiz Auxiliar, coordenando a equipe que promoveu a pormenorizada atualização do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.

Sua carreira foi marcada por um sério comprometimento com a realização da Justiça, acompanhado diuturnamente pela esposa Elizabeth Wagner Côrtes e pelos filhos Otávio Augusto, de quem sou padrinho de batismo, e João Henrique, crianças que viveram no interior do Estado uma boa parte de sua infância.

Para quem bem conheceu Augusto Lopes Côrtes, pode dizer que um volumoso livro seria diminuto espaço para relatar sua vida de filho, de pai, de marido e de profissional. O maior capítulo dessa obra seria dedicado à sua retidão de personalidade e de caráter, bem assim ao seu espírito justo e sensível do poeta da adolescência e do escritor adulto. Augusto decidia com a precisão e com o compromisso de quem estava inserido em seu meio.

Seu cotidiano se resumia ao Tribunal e à sua casa, duas dedicações primordiais em sua vida: a profissão e a família.

De seus pais Odette e Afrânio, herdou os valores da honestidade e do amor ao próximo, sem os quais nenhum homem alcança a grandeza moral que o caracterizava. Augusto foi um filho exemplar na infância e na vida adulta, e, em seu cotidiano mais recente, pude testemunhar a atenção diária que dedicava à mãe Odette, uma mulher firme e de personalidade forte, um pilar para o filho até seus últimos dias. Dona Odette, aqui presente, todos os elogios dirigidos ao seu filho são também para a senhora e para o Dr. Afrânio, que bem souberam educá-lo.

O Fórum Eleitoral de Ipiranga ostenta o nome de uma pessoa digna, de um homem de coragem, do pai que se orgulhava dos filhos Otávio e João, de um magistrado que honrou a toga como juiz estadual e como juiz eleitoral.

Mas não poderia deixar de registrar uma faceta do nosso homenageado: a de amigo.

O amigo que sempre esteve ao meu lado, meu melhor conselheiro, companheiro de conversas frequentes e de uma identidade invulgar de pensamentos e ideias. Aprendia no dia a dia a ser mais independente e corajoso com aquele guerreiro sonhador e idealista, com aquele poeta sensível, porém de férrea determinação.

Meu amigo Augusto, você foi cedo demais desta vida terrena, e guardo comigo um patrimônio dos mais valiosos: a amizade que você soube me transmitir, aquela amizade que se define como o amor que nunca morre, como dizia Mário Quintana.

Em nome da família Lopes Côrtes, manifesto, mais uma vez, o agradecimento profundo pela homenagem de hoje, um momento de emoção ímpar.

Que Deus ilumine esta Casa da Justiça!

Muito obrigado.

01

Quejando...? O que é isso? Seria uma espécie rara de “quejos”? Ora, “quejos” não existe. E então...? Quejando é um pronome indefinido e quer dizer: semelhante, da mesma espécie.

03

Lemos em jornal: **“Falta candidatos.”**
O certo é: **“Faltam candidatos.”**

04

“Acostumaria-se ele ao novo sistema?”
Errado! O certo é: *“Acostumar-se-ia ele ao novo sistema?”* Isso aí se chama **“mesóclise”** (colocação do pronome no meio do verbo) e é abominado pelos estudantes, em geral. Poderia ser adotada esta fuga ao problema: *“Ele se acostumaria ao novo sistema?”*

06

Lemos em jornal, em prestigiada coluna: *“Fulana de tal, mestre-de-cerimônia do evento...”*
Em primeiro lugar, o termo correto é: **“mestre-de-cerimônias (...as!)”**
Depois, o feminino é: **“mestra-de-cerimônias”.**

08

Alcateia é o coletivo (grande quantidade) de lobos. Também usado para designar bando de animais ferozes.

09

Lemos em jornal: *“Fulano ciceronea...”* O correto é *“ciceroneia”* do verbo **ciceronear!** Cuidado com a conjugação dos verbos em -EAR!

11

Glossário:

Lenocínio - denominação legal do tráfico de mulheres.
Ocarina - espécie de flauta, com oito furos.

02

O aforismo e o cataclismo – são derivados de substantivos gregos do gênero masculino. Observe bem a terminação correta em **-o!** O uso equivocado (Quem já não o cometeu?) de “aforisma” e “cataclisma” deve-se à analogia que se faz com crisma, aneurisma, sofisma (vocábulos de origem grega, também).

“A alma que ama apenas ama, e não conhece mais nada.”

São Bernardo

05

“Ele acabou-se acostumando.” O certo é: *“Ele acabou acostumando-se”.* Primeiro, é preciso considerar que o pronome se une-se ao verbo acostumar, e não a acabar. Depois, o gerúndio (acostumando) atrai a ênclise (posição do “se” após o verbo).

07

Confira: *“O fato dos alunos colarem é muito sério.”* Sim, há algo errado aí, além do aspecto moral! O certo é: *“O fato de os alunos colarem é muito sério.”* Ocorre que temos aí duas orações: **a)** “O fato é muito sério”; **b)** “de os alunos colarem”. Ora, “os alunos” é sujeito da oração “os alunos colarem”. Por isso, sendo sujeito, não pode vir regido de preposição “de” (de + os). Mas, sempre foi assim? 99% das pessoas desconhecem isso... Mas, sempre foi assim. As pessoas que têm interesse em aprimorar-se no traquejo dos copiosos recursos que a língua portuguesa oferece... sabem disso.

10

“Se eles não reverem sua posição, estarão em maus lençóis.”
Errado! Ora, se o verbo rever é derivado de ver, a forma correta aí há de ser: **“Se eles não revirem (futuro do subjuntivo)...”**

Stress, Memória e Neurociência

A todo tempo o cérebro decide o que deve ser retido, ou não, descartando imediatamente a maior parte das informações recebidas no cotidiano. Em condições normais o esquecimento é um processo natural para a otimização da memória, essencial para a administração do espaço disponível e das prioridades, conforme as lembranças mais requisitadas. A limitação natural do cérebro não lhe permite armazenar tudo definitivamente e para evitar sobrecarga temos esse mecanismo de limpeza, ou seja, é o esquecimento que mantém a capacidade de lembrar.

O stress crônico pode causar alterações funcionais no cérebro, como a diminuição do volume hipocampo com déficits de memória e comprometimento cognitivo leve.

O stress (medo) estimula a liberação de altas doses de adrenalina e beta-endorfina, apagando informações e causando o esquecimento. Esse é o processo da amnésia anterógrafa, quando, por exemplo, logo após sofrer um trauma, como num acidente, não existe recordação do que ocorreu minutos antes. O cérebro não registra o que passou para economizar tempo e energia e se concentra apenas na solução do problema imediato.

O principal neurotransmissor inibidor da memória é o ácido gama-aminobutírico. Os ácidos sempre participam dos processos elétricos do organismo. Os tranquilizantes mais utilizados no mundo são as benzodiazepinas (Diazepan), que amplificam a ação do ácido gama-aminobutírico, prejudicando sensivelmente a memória.

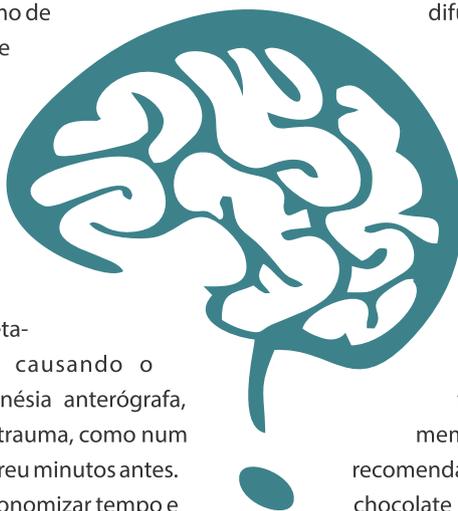
O stress influencia o cérebro hiperativando o sistema límbico e reduzindo a comunicação das regiões ligadas à cognição, causando a sensação de ausência conhecida como “branco”; um assustador sentimento de impossibilidade de evocar

as memórias de longo prazo, geralmente ligadas aos valores. Disso decorrem alterações comportamentais que são vistas pelos outros como falhas de caráter, mas na verdade decorrem de distúrbios eletroquímicos transitórios.

Quando o quadro se agrava pelo alcoolismo crônico, geralmente somado à subnutrição, a falta da tiamina (uma vitamina do complexo B) é inevitável, causando lesões difusas (por oxidação) em todo o cérebro e principalmente no tálamo, que intermedia a comunicação entre o sistema límbico e o córtex frontal, prejudicando severamente a cognição e a memória. A carência de cálcio, sódio e potássio, decorrente da má alimentação, também prejudica a atividade eletroquímica que sustenta a memória, bem como a liberação da serotonina, que regula o sono e também favorece as sinapses. A serotonina também facilita a síntese protéica, ativando o processo de memória e a recuperação celular, por isso se recomenda a ingestão de alimentos como banana, tomate, chocolate e vinho, ricos em triptofano, um aminoácido essencial na síntese deste neurotransmissor.

O stress altera inclusive a percepção do tempo e o cumprimento de horários e compromissos fica comprometido. É graças à memória que os instantes da percepção são sobrepostos e comparados, gerando a sensação de duração, que depende da memória de trabalho, ou de curtíssima duração. Assim a pessoa estressada ou deprimida adquire fama de irresponsável.

Graças à massacrante vida “civilizada” a luta contra o stress é uma guerra mundial que já em curso, onde cada homem luta contra si mesmo e o remédio mais eficaz é aprender que a serenidade não é ausência de problemas, mas saber enfrentá-los sem criar outros.



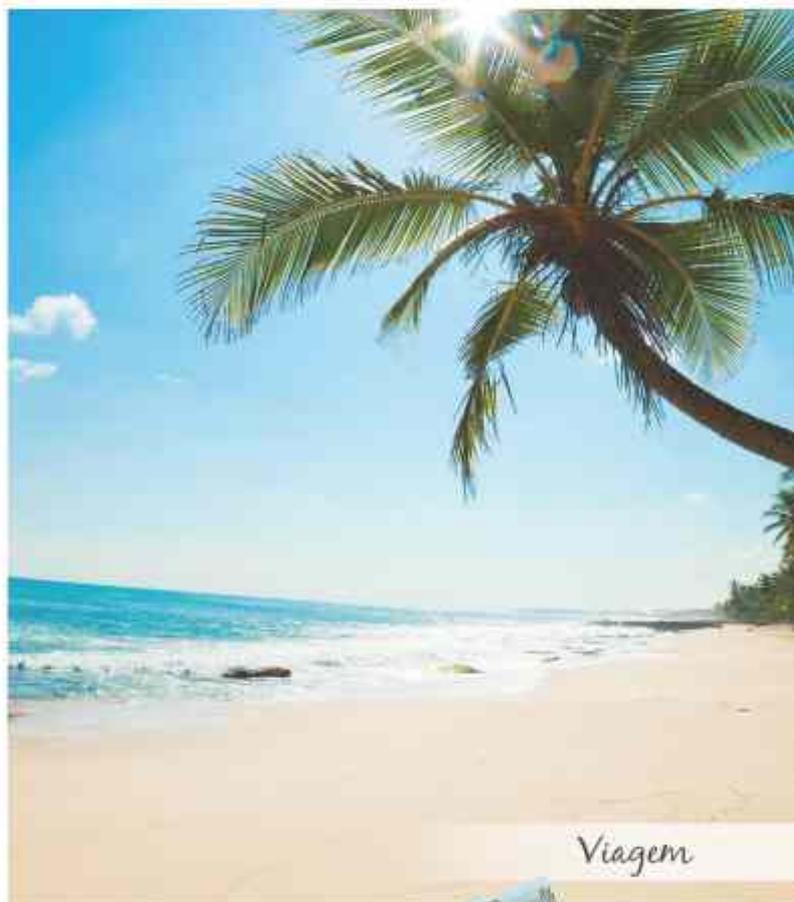
Com o **empréstimo consignado da Financeira Alfa**, você pode investir em projetos e sonhos que há tempos vem adiando.



Carro novo



Reforma



Viagem

Financeira Alfa e AMAPAR: uma parceria de sucesso.
Ótimas condições para empréstimo consignado:

- ▲ Pagamento com desconto em folha
- ▲ Crédito rápido e descomplicado¹
- ▲ Taxas especiais²
- ▲ Portabilidade de crédito de outras instituições
- ▲ Atendimento personalizado
- ▲ Comodidade



FAÇA UMA SIMULAÇÃO SEM COMPROMISSO.

- ▲ Curitiba: (41) 4501-3444
consignacaocb@bancoalfa.com.br
Rua Marechal Deodoro, 941, Centro
- ▲ Londrina: (43) 7811-2010
- ▲ Maringá: (44) 7811-5673

Dias úteis, das 10h às 16h.

www.financeiraalfa.com.br

 /Financeiraalfa

 @financeiraalfa

